Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2020 Nº 24.652 Preço banca: R$ 3,50

Governo estima em 150 mil número de desempregados na pandemia

O Ministério da Economia estima que houve um aumento de 150 mil pessoas desempregadas no país entre março e a primeira quinzena de abril deste ano, em relação ao mesmo período de 2019, em razão da crise causada pelas medidas de enfrentamento ao novo coronavírus (covid-19) no Brasil.

Os números são baseados, segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, nos pedidos de seguro-desemprego registrados pelo órgão e na estimativa de demanda reprimida de pessoas que não conseguiram solicitar o seguro por causa das restrições do atendimento presencial aos trabalhadores.

De acordo com os dados apresentados na terça-feira (28) pela equipe econômica, em março de 2020 foram feitos 536.845 requerimentos de seguro-desemprego, redução de 3,5% em relação a março de 2019, quando foram 556.226. Já na primeira quinzena de abril deste ano, 267.693 trabalhadores solicitaram o seguro, queda de 13,8% em relação às 310.509 solicitações na primeira quinzena de abril de 2019. Página 3

Aposentados e militares já podem ser contratados para a Previdência

Página 3

Dívida Pública Federal cai 1,55% em março e vai para R$ 4,15 tri

Página 12

Papa pede respeito a medidas para saída de confinamento

O papa pediu na terça-feira (28) que as pessoas sejam "obedientes" e respeitem as medidas para a saída do confinamento imposto pelo coronavírus, "para que a pandemia não retorne".

"Quando começamos a ter medidas para sair da quarentena, pedimos ao Senhor que dê ao seu povo, todos nós, a graça da prudência e obediência às disposições, para que a pandemia não retorne", disse Francisco na sua habitual missa matinal na Casa de Santa Marta, transmitida ao vivo pelos canais do Vaticano.

Apesar das disposições determinadas pelo governo italiano para sair gradualmente do confinamento, não foi ainda autorizada a celebração de missas. Página 3

Covid-19: OMS pede mais voos para acelerar remessa de exames

A Organização Mundial da Saúde (OMS) pediu na terça-feira (28) uma quantidade maior de voos para acelerar as remessas de conjuntos de exames e equipamentos de proteção para áreas em que a Covid-19 está se disseminando, especialmente a América Latina

O chefe de apoio operacional e logística da OMS, Paul Molinaro, disse que as remessas globais de vacinas foram prejudicadas em abril e que, se isso continuar em maio, haverá lacunas nas imunizações de rotina e nas campanhas contra surtos de outras doenças. Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

28° C
15° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,50
Venda: 5,50

Turismo
Compra: 5,29
Venda: 5,73

EURO

Compra: 5,96
Venda: 5,96

Brasil bate novo recorde de mortes por covid-19 em um dia

O Brasil bateu novo recorde de mortes em um dia em razão da pandemia do novo coronavírus, com 474. Segundo atualização do Ministério da Saúde divulgada na terça-feira (28), o total subiu para 5.017, aumento de 10,4%. O acréscimo mais alto até então havia sido na quinta-feira (23), quando foram contabilizados 407.

O Brasil chegou a 71.886 pessoas infectadas. Nas últimas 24 horas foram adicionadas às estatísticas mais 5.385 casos, aumento de 8,1% em relação a ontem, quando foram registrados 66.501 mil pessoas nessa condição. Foi o segundo maior número em um dia, perdendo apenas para o sábado (25), quando foram acrescidos 5.514 novos casos ao balanço.

De acordo com o Ministério da Saúde, deste total, 34.325 estão em acompanhamento (48%) e 32.544 já foram recuperados, deixando de apresentar os sintomas da doença. Ainda são investigados 1.156 mortes.

Foto/Tatiana Fortes/Governo do CE

São Paulo se mantém como epicentro da pandemia no país, concentrando o maior número de falecimentos (2.049). O estado é seguido pelo Rio de Janeiro (738), Pernambuco (508), Ceará (403) e Amazonas (351).

Além disso, foram registradas mortes no Maranhão (145), Pará (129), Bahia (86), Paraná (77), Minas Gerais (71), Espírito Santo (64), Paraíba (53), Rio Grande do Norte (48), Rio Grande do Sul (45), Santa Catarina (44), Alagoas (36), Distrito Federal (28), Amapá (28), Goiás (27), Piauí (21), Acre (16), Sergipe (11), Mato Grosso (11), Rondônia (11), Mato Grosso do Sul (nove), Roraima (seis) e Tocantins (dois). (Agencia Brasil)

Dólar tem maior queda diária em dois anos e fecha em R$ 5,51

Em um dia de melhora em diversos mercados externos, os mercados globais refletiram o relaxamento da quarentena em diversos países da Europa. O dólar teve a maior queda diária em dois anos, e a bolsa de valores subiu pela segunda sessão seguida, voltando a ultrapassar a marca de 80 mil pontos.

O dólar comercial encerrou na terça-feira (28) vendido a R$ 5,517, com recuo de R$ 0,147 (-2,59%). Em pontos percentuais, essa foi a maior queda para um dia desde 8 de junho de 2018, quando a cotação tinha fechado em queda de 5,59%. O euro comercial caiu para abaixo de R$ 6, fechando a R$ 5,96, com recuo de 2,66%. A libra esterlina comercial recuou para menos de R$ 7, sendo vendida a R$ 6,85 (-2,62%).

A moeda norte-americana operou em baixa durante todo o dia, mas intensificou o ritmo de queda durante a tarde. Na mínima do dia, por volta das 15h, o dólar comercial chegou a ser vendido a R$ 5,48. Em 2020, o dólar comercial acumula alta de 37,48%.

O Banco Central (BC) voltou a atuar no mercado, mas de maneira discreta. A autoridade monetária não vendeu dólares das reservas internacionais na terça-feira, mas renovou (rolou) US$ 500 milhões de contratos de swap cambial –venda de dólares no mercado futuro – que venceriam em junho.

O dia foi marcado pela recuperação na bolsa de valores. O índice Ibovespa, da B3 (bolsa de valores brasileira), que tinha despencado no fim da semana passada, com a saída do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, voltou a superar os 80 mil pontos. O indicador fechou esta terça aos 81.312 pontos, com alta de 3,93%. (Agência Brasil)

Esporte

Osasco Audax/São Cristóvão Saúde intensifica luta contra o novo coronavírus com ação solidária

Foto/Divulgação

Osasco *Audax/São Cristóvão Saúde*

O Osasco Audax/São Cristóvão Saúde entra "em quadra" para participar da vitória contra o novo coronavírus. Além da massiva atuação nos canais de comunicação e redes sociais para reforçar a necessidade de isolamento social, o clube agora faz campanha para arrecadar fundos para auxiliar entidades sociais da cidade. As atletas estão engajadas na ação e gravaram um vídeo incentivando as doações, que podem ser feitas por meio do link: https://linktr.ee/osascovoleibolclube. Qualquer quantia é bem-vinda e será destinada à compra de máscaras de proteção.

"Nossa família, a família Osasco Voleibol Clube, é composta pela equipe, comissão técnica, patrocinadores, apoiadores e, claro, torcedores. E estamos todos juntos no combate à COVID-19. Tenho certeza que conseguiremos enviar muitas máscaras para as pessoas que são assistidas por entidades da nossa cidade", afirma a líbero Camila Brait. A ponteira Jaque completa. "O slogan que estamos usando nessa campanha resume nossa ação: 'Entre para o nosso time e faça sua melhor jogada'. É por isso que convocamos todos a fazer sua doação e jogar com a gente por Osasco".

A campanha solidária e uma ação conjunta do departamento de marketing do Osasco Voleibol Clube e Prefeitura, por meio da Secretaria de Esportes. Após o final precoce da Superliga e durante o período de isolamento social em função da pandemia, o Osasco Audax/São Cristóvão Saúde tem promovido lives com suas atletas. Nomes como Bia, Camila Brait, Casanova, Mara, Roberta, Kika entre outras já participaram via Instagram. Nesta semana está programada entrada ao vivo da bicampeã olímpica Jaque, uma das mais aguardada pelos fãs.

O clube também tem inovado ao promover lives dedicadas exclusivamente aos torcedores, que contam histórias e declaram seu amor pelo time diretamente de suas casas, sempre às 17h, de sexta-feira. Aos sábados, a Osasco Vôlei TV transmite treinos ao vivo, a partir das 10h. Para participar basta acessar: https://osascovoleitv.tvnsports.com.br/.

As atividades virtuais promovidas pelo departamento de marketing do Osasco Voleibol Clube, além de levar informação e entretenimento aos torcedores, garante uma entrega importante aos patrocinadores, que tiveram as possibilidades de retorno com exposição de marca reduzidas com o final da temporada esportiva no primeiro semestre de 2020. A equipe conta com o apoio das seguintes empresas: Bradesco, iFood, Reserva Raposo, São Cristóvão Saúde, Audax, EcoOsasco e Hummel, além do suporte da Prefeitura de Osasco.

Equipe X Rally Team promove live com Nasser Al Attiyah

Foto/ FOTOP

Conversa *da equipe com o piloto catari acontece nesta quinta (30) às 16 horas*

A equipe X Rally Team, tricampeã do Sertões e uma das equipes mais tradicionais do rali brasileiro, promoverá uma conversa ao vivo em seu perfil no Instagram com o tricampeão do Rali Dakar, o catari Nasser Al Attiyah. A *live* acontece nesta quinta-feira, 30 de abril, às 16 horas (horário de Brasília). Para acompanhar, é só seguir @xrallyteam.

Será a segunda *live* promovida pela equipe – a da última segunda-feira (27) contou com a presença do navegador tricampeão do Sertões e chefe do time, Beco Andreotti.

Nasser Al Attiya, de 49 anos, é um atleta de elite em duas modalidades. Bicampeão do WRC2 – categoria de acesso ao Mundial de Rali (WRC) -, Nasser acumula também quatro títulos mundiais de Rali Cross Country e venceu o Dakar três vezes – em 2011, 2015 e 2019. É também medalhista olímpico de bronze no tiro skeet, nos Jogos de Londres de 2012.

Além de atleta, Al Attiya é também príncipe do Catar, e já esteve no Brasil em duas ocasiões anteriores: no Sertões de 2009, em que foi segundo colocado – apenas um minuto atrás de Carlos Sainz, o vencedor – e protagonizou uma bela história de solidariedade (que contaremos na *live*), e também em 2016 nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

A *live* será toda em inglês, mas os seguidores da X Rally Team no Instagram poderão deixar suas perguntas na sessão de comentários no post que anuncia a participação do Catari, e que promete novidades.

Coronavírus mata mais de 2 mil em SP e registra novo recorde

Mais 224 mortes relacionadas ao novo coronavírus foram confirmadas desde ontem, em SP. Com esse novo recorde num intervalo de 24 horas, o Estado atinge um total de 2.049 óbitos na terça-feira (28).

Entre o total de vítimas fatais, 728 residiam em cidades do interior, litoral e Grande São Paulo, por onde a doença tem crescido. São 141 municípios com pelo menos um óbito, incluindo a capital. A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

Quase metade do total de municípios em São Paulo já foi alcançada pela COVID-19. Das 645 cidades de SP, 305 tiveram pelo menos um caso da doença. Entre os 24.041 confirmados em todo o território, 8.644 dos infectados moravam fora da cidade de São Paulo.

"Existe uma sensação no interior de que ele é protegido [contra o coronavírus], como se algo que acontece aqui na capital não fosse acontecer no interior. E isso de fato não é real", afirmou nesta terça-feira (28) o professor da Faculdade de Medicina da Unesp, em Botucatu, Carlos Fortaleza, também integrante do Centro de Contingência em São Paulo.

Em coletiva no Palácio dos Bandeirantes nesta terça-feira (28), o infectologista David Uip, coordenador do Centro de Contingência, alertou para a difusão da pandemia para o interior do Estado e ressaltou a importância das medidas de contenção adotadas pelo Governo, como a quarentena.

"[A pandemia no interior] está atrasada em relação ao município de São Paulo e à área metropolitana em mais ou menos duas semanas. Por quê? Por conta das medidas de isolamento social que foram adotadas precocemente no Estado de São Paulo. Isso fez com que houvesse uma contenção", disse.

Internações e leitos em UTI

A COVID-19 também provocou a internação de mais de 8 mil pessoas nos hospitais de SP. Hoje, há 3.124 pacientes em UTI e 4.927 em enfermaria.

Também houve crescimento de um ponto percentual na taxa de ocupação dos leitos de UTI para atendimentos a COVID-19. Nesta segunda, está em 61,6% no Estado de São Paulo e 81% na Grande São Paulo.

Perfil da mortalidade

Entre as vítimas fatais, estão 1.189 homens e 860 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 74,7% das mortes.

Observando faixas etárias subdividas a cada dez anos, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (521 do total), seguida por 60-69 anos (453) e 80-89 (408). Também faleceram 150 pessoas com mais de 90 anos. Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (260 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (156), 30 a 39 (76), 20 a 29 (17) e 10 a 19 (7), e um com menos de dez anos.

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (60,1% dos óbitos), diabetes mellitus (43,6%), doença renal (12,1%), pneumopatia (11,6%), e doença neurológica (11,3%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológica e hepática. Esses fatores de risco foram identificados em 1.687 pessoas que faleceram por COVID-19 (82,3%) do total.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **Cesar Neto** tem sua coluna (diária) de política publicada - desde 1993 - na imprensa de São Paulo (Brasil). Foi se tornando referência também na Internet, via www.cesarneto.com ; no Twitter, via **@CesarNetoReal ;** Email **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SP)

Médicos que são vereadores, como Frange (PTB), Natalini (PV), Hato (MDB) e o veterinário Goulart (PSD) precisam se manifestar bem mais nas suas redes sociais, ao menos na mais política que é o Twitter. Afinal, são eles que farão - ou não - o futuro das políticas de saúde da cidade de São Paulo

.

PREFEITURA (SP)

Bruno Covas (PSDB) vivencia a realidade do dito popular ... "é o que temos pra hoje". Cada vez que diz ou escreve o que tá sendo feito pra combater o Covid-19, sofre mais ataques do que o vírus às populações. Se houvesse milagre, a cidade se chamaria 'de DEUS' e o santo seria Agostinho e não Paulo

.

ASSEMBLEIA (SP)

Depois que o ex-Presidente FHC (PSDB) pediu a renúncia do Presidente Bolsonaro, a deputada Janaína Paschoal (PSL), que já tinha pedido, voltou a pedir. Em tempo: a mais votada deputada estadual da História do Brasil considera que o general Mourão tá bem preparado pra fazer um bom governo

.

GOVERNO (SP)

Sem Doria (PSDB), tirando o foco político, na entrevista coletiva de ontem só deu Comitê de Contingência (SP), dirigido pelo médico e professor Davi Uip. Ele e o Secretário (Saúde) Hermann, expuseram o avanço do Covid-19 na Grande São Paulo e nas cidades das regiões metropolitanas pelo Interior

.

CONGRESSO (BR)

Rodrigo Maia (deputado-presidente da Câmara Federal) e Alcolumbre (presidente do Senado), ambos no DEM (ex-PFL) seguem 'jogando o jogo', 'tocando a bola' com o 'centrão' e usando o 'VAR' político pra agilizar as votações que farão os 'árbitros' não darem 'cartão vermelho' pro Bolsonaro

.

PRESIDÊNCIA

Da Advocacia Geral da União pro Ministério (Justiça), André Mendonça pode fazer na Pasta o que Alexandre Moraes fez no governo Michel Temer (MDB) : uma via de entrada no Supremo, indicado pelo Presidente Bolsonaro no início de novembro 2020. Quanto ao ex-dirigente na Agência Brasileira ...

.

(REPÚBLICA)

... de Inteligência (ABIN), o delegado Alexandre Ramagem foi pra direção da Polícia Federal (PF) e até que foi bem aceito pelos colegas, apesar das ligações de amizade com a família Bolsonaro, que gostaria de ter informações privilegiadas da Polícia de Estado (não de governos). São corporativos

.

PARTIDOS (BR)

No MDB, o filiado - como foi no PT, no PP e no DEM (ex-PFL) e em tese pré-candidato à prefeitura paulistana - o comunicador Datena (Band tv) segue batendo no isolamento social feito pelo governador (SP) Doria e pelo prefeito de São Paulo Bruno Covas, por conta do avanço da pandemia Covid-19

.

JUSTIÇAS (BR)

Na contagem regressiva pra sua 'expulsória' (75 de idade), Celso de Mello autorizou a abertura de inquérito no Supremo pra que o ex-ministro (Justiça) Sérgio Moro apresente provas e inicie suas defesas das acusações que fez ao Bolsonaro, especialmente de fazer da Polícia Federal sua 'polícia política'

Email:**cesar@cesarneto.com**

Empresa-filha da Unesp leva inovação ao agronegócio brasileiro

A essência do empreendedorismo que compõe cada célula da Universidade Estadual Paulista (Unesp) permite que os profissionais ligados à instituição de Ensino Superior levem inovações ao agronegócio brasileiro. Por isso, o portal da Agência Unesp de Inovação (AUIN) destaca uma empresa-filha da universidade, a Quanticum, que pesquisa o DNA dos solos para apoiar produtores agrícolas, reunindo em sua trajetória pesquisadores e visionários de diversas gerações.

A startup, além de possuir um DNA com histórias de pesquisadores inovadores e empreendedores da Unesp (unidos tanto por laços genéticos quanto pelo amor à Agronomia), também trabalha diariamente para entender o próprio DNA dos solos brasileiros, tornando-se referência internacional nessa proposta.

Pioneirismo

A Quanticum é liderada por Renan Gravena (CEO) e Gustavo Pollo (diretor de Operações), ambos formados pela Unesp, contando ainda com a participação de Diego Siqueira (pesquisador associado), mais um egresso da universidade.

A empresa é pioneira na utilização comercial da identificação e do mapeamento dos minerais presentes nos diferentes tipos de solos tropicais do País, o que possibilita compreender as características agronômicas e ambientais das terras, impactando diretamente na produtividade dos cultivos agrícolas.

Esse entendimento aprofundado sobre a composição do solo, que viabiliza o negócio da Quanticum, possui grande contribuição dos estudos delineados no Grupo de Pesquisa CSME (Caracterização do Solo para Fins de Manejo Específico) da Unesp de Jaboticabal, coordenado pelo professor José Marques Júnior, docente da universidade desde 1988.

"Começamos em 2018 um mapeamento para identificar as empresas que têm o DNA da Unesp, que utilizaram o conhecimento da universidade para criar seus negócios. Dentro dessa campanha, conhecemos uma startup incrível: a Quanticum, que reúne três gerações de pesquisadores da Unesp. A inovação está sendo utilizada como modelo de negócio e a empresa está atuando hoje em nível global", explica ao Portal da AUIN Guilherme Wolff Bueno, gestor do Programa de Empreendedorismo da Unesp junto com o banco Santander, em vídeo disponível na plataforma YouTube.

"Entre os muitos objetivos da carreira universitária, um deles é criar oportunidades e incentivar as diversas gerações de estudantes em relação ao desenvolvimento dos seus talentos. Alguns se tornaram professores e pesquisadores, enquanto outros se transformaram em gestores de empresas agrícolas", destaca o professor José Marques Júnior, coordenador do grupo de pesquisa CSME, da Unesp, ao Portal da AUIN.

"Costumo dizer que, além de formado, eu sou criado pela Unesp, já que meu pai foi professor universitário no mesmo campus que em que tive a oportunidade de estudar. Ele fez parte da primeira turma de formandos de Agronomia, em Jaboticabal", revela ao Portal da AUIN Renan Gravena, CEO da startup.

"Nós ficamos muito contentes pela Quanticum utilizar toda a tecnologia gerada dentro da Unesp para fornecer informações ao crescimento da agricultura brasileira", afirma Gustavo Pollo, diretor de Operações da empresa, ao Portal da AUIN.

A reportagem completa, escrita pela jornalista Tainah Veras, no site da AUIN, está disponível na internet.

Isolamento social em São Paulo é de 48%, aponta Sistema de Monitoramento

O Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI-SP) do Governo de São Paulo mostra que o percentual de isolamento social no Estado foi de 48% na segunda-feira (27).

A central de inteligência analisa os dados de telefonia móvel para indicar tendências de deslocamento e apontar a eficácia das medidas de isolamento social. Com isso, é possível apontar em quais regiões a adesão à quarentena é maior e em quais as campanhas de conscientização precisam ser intensificadas, inclusive com apoio das prefeituras.

No momento, há acesso a dados referentes a 104 cidades maiores de 70 mil habitantes, que podem ser consultados e estão também disponibilizados em gráficos no site https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento. O sistema é atualizado diariamente para incluir informações de municípios.

"É no município que as coisas acontecem realmente. Temos uma realidade na Grande SP e outra realidade no interior. A ideia da nossa presença aqui é para que consigamos disseminar a informação e tentar ser uma via de mão dupla, do Comitê para os municípios e vice-versa", disse o representante do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de SP – COSEMS, Geraldo Reple.

O SIMI-SP é viabilizado por meio de acordo com as operadoras de telefonia Vivo, Claro, Oi e TIM para que o Governo de São Paulo possa consultar informações agregadas sobre deslocamento no Estado.

As informações são aglutinadas e anonimizadas sem desrespeitar a privacidade de cada usuário. Os dados de georreferenciamento servem para aprimorar as medidas de isolamento social para enfrentamento ao coronavírus.

Unicamp: Vestibular transfere para junho pedidos de isenção da taxa de inscrição

Considerando o contexto da pandemia de COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus), a Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) está ajustando o calendário e alguns procedimentos para o pleno atendimento dos estudantes das escolas públicas no Programa de Isenção da Taxa de Inscrição para o ingresso em 2021.

A isenção valerá tanto para o Vestibular Unicamp 2021 quanto para a modalidade Enem-Unicamp 2021. As inscrições foram transferidas para os meses de junho e julho e estarão abertas a partir das 9h do dia 22 de junho de 2020 até as 23h59min do dia 8 de julho de 2020.

A documentação exigida deverá ser enviada também até o dia 8 de julho. O horário da abertura e encerramento das inscrições é o horário de Brasília (DF). Candidatos de todo o Brasil podem solicitar a isenção, exclusivamente pela internet, na página: www.comvest.unicamp.br.

Em relação aos documentos, como alternativa em caso de dificuldade de conseguir junto às escolas, no momento da solicitação de isenção, o Histórico Escolar, os candidatos matriculados na rede pública do Estado de São Paulo poderão emitir documento (e converter em pdf) a partir do site https://sed.educacao.sp.gov.br/consultapublica/consulta.

Já os candidatos de escola pública de outros Estados e do Distrito Federal, poderão anexar (em pdf), declaração de que são estudantes da rede pública durante todo o Ensino Médio, conforme modelo na página da Comvest. Importante: os candidatos que anexaram a declaração deverão, no ato da inscrição no Vestibular Unicamp 2021 ou no Enem-Unicamp 2021, anexar o documento oficial (Histórico Escolar ou Declaração da escola).

O processo deste ano traz três novidades, já anunciadas anteriormente. Na modalidade 1, que exige comprovação de renda, a Comvest irá aceitar o cadastro no CadÚnico do governo federal, para que os candidatos não precisem anexar a documentação exigida. Outra novidade é que a Comvest vai oferecer um número ilimitado de isenções na modalidade 2 (para funcionários Unicamp/Funcamp). Já na modalidade 3, a novidade é que a isenção está sendo estendida para os cursos noturnos de Tecnologia, além das Licenciaturas. O Edital com todos os detalhes já está disponível na página da Comvest na internet.

As isenções da taxa de inscrição do Vestibular Unicamp são oferecidas em três modalidades: 1– para candidatos provenientes de famílias de baixa renda (até um salário mínimo e meio bruto mensal por morador do domicílio); 2– funcionários da Unicamp/Funcamp; e 3– para aqueles que se candidatarem aos cursos noturnos de Licenciatura ou Tecnologia (Licenciaturas em: Ciências Biológicas, Física, Letras, Licenciatura Integrada Química/Física, Matemática e Pedagogia. Tecnologia em: Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Saneamento Ambiental).

Os pré-requisitos são: ter cursado o ensino médio integralmente em instituições da rede pública de educação (não se aplica à modalidade 3) e já ter concluído ou concluir em 2020 o ensino médio. A Comvest oferece 6.680 isenções na modalidade 1 e um número ilimitado de isenções nas modalidades 2 e 3.

A lista dos estudantes contemplados com a isenção será divulgada dia 27 de julho. Também a partir desta data, os contemplados começam a receber – exclusivamente via correio eletrônico – um comunicado de que foram beneficiados. Importante: Os contemplados não são automaticamente inscritos no Vestibular Unicamp 2021 e no Enem-Unicamp 2021. É preciso, posteriormente, fazer as respectivas inscrições, utilizando o código de isento fornecido pela Comvest.

O calendário com as datas de inscrição e provas do Vestibular Unicamp 2021 e com as datas da inscrição na modalidade Enem-Unicamp 2021 já foi divulgado e pode ser acessado na página www.comvest.unicamp.br.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Governo estima em 150 mil número de desempregados na pandemia

O Ministério da Economia estima que houve um aumento de 150 mil pessoas desempregadas no país entre março e a primeira quinzena de abril deste ano, em relação ao mesmo período de 2019, em razão da crise causada pelas medidas de enfrentamento ao novo coronavírus (covid-19) no Brasil.

Os números são baseados, segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, nos pedidos de seguro-desemprego registrados pelo órgão e na estimativa de demanda reprimida de pessoas que não conseguiram solicitar o seguro por causa das restrições do atendimento presencial aos trabalhadores.

De acordo com os dados apresentados na terça-feira (28) pela equipe econômica, em março de 2020 foram feitos 536.845 requerimentos de seguro-desemprego, redução de 3,5% em relação a março de 2019, quando foram 556.226. Já na primeira quinzena de abril deste ano, 267.693 trabalhadores solicitaram o seguro, queda de 13,8% em relação às 310.509 solicitações na primeira quinzena de abril de 2019.

"Tendo em vista o fechamento das agências Sine [Sistema Nacional de Emprego], temos uma demanda reprimida. Ainda temos pequena fila, que estamos dando conta rapidamente, do pedido do seguro-desemprego. E essa demanda reprimida não passa de 200 mil em março e abril de 2020. Portanto, temos um aumento de pedidos de seguro-desemprego, mas esse aumento não passa de 150 mil pedidos [a mais, em relação a 2019]", explicou Bianco.

Para o secretário, entretanto, os números são positivos pois são pequenos e porque essas pessoas desempregadas estão guarnecidas pelo seguro-desemprego nesse momento de incertezas na economia por causa da pandemia da covid-19.

Para o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, a preocupação com uma explosão de desempregados no país não se confirmou, já que o número de pedidos de seguro-desemprego está muito parecido com os registrados no ano passado. "Nesse primeiro instante de crise, passado mais de um mês, não verificamos um aumento de pedidos, o que demonstra que a situação está parecida do que havia no passado, ligeiro aumento mas não é nenhuma explosão, perto do que nós pensamos ou que todos esperavam que poderia acontecer".

Canais de atendimento

O secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, explicou que a demanda reprimida de trabalhadores que não conseguiram fazer o pedido de seguro-desemprego, se deve ao fato de que muitos ainda não têm acesso às alternativas de pedido digitais, por meio do portal do governo federal ou pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital.

"Muita gente não tem conhecimento e ficou meio a ver navios num momento em que o Sine fechou as portas. Tão logo as agências do Sine reabram ou adotem atendimento remoto esses números vão se ajustar ao valor real", disse.

Ainda assim, segundo o ministério, na primeira quinzena de abril 90,2% das solicitações foram realizadas via web. No mesmo período do ano passado, esse número representava apenas 1,6%.

Para dúvidas e esclarecimentos, o trabalhador pode ligar para o teleatendimento Alô Trabalho, no número 158, ou acionar as superintendências por e-mail. No Distrito Federal, por exemplo, o e-mail é trabalho.df@mte.gov.br. Em cada unidade da Federação, basta trocar a sigla da UF para a do estado desejado (trabalho.mg@mte.gov.br, trabalho.rj@mte.gov.br e assim por diante).

Manutenção de empregos

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, também informou que pouco mais de 4 milhões de pessoas já assinaram acordos de redução de jornada ou suspensão de contrato de trabalho, e estão com os empregos preservados. A Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, instituiu o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (Bem), por meio do qual o empregador reduz a jornada com redução proporcional de salário e o governo faz uma compensação ao trabalhador.

Entretanto, como essa compensação não é integral, de acordo com equipe econômica, a expectativa é que haja uma queda de 15% na renda média dos trabalhadores. Em contrapartida, o funcionário ganha o direito a estabilidade temporária no emprego, pelo mesmo período que durar a redução ou suspensão do contrato.

De acordo com a equipe econômica, um panorama mais completo do desemprego no país poderia ser demonstrado via Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mas a divulgação dos dados estão suspenso pois as empresas e escritórios de contabilidade não estão conseguindo informar os dados corretos de demissões e contratações no e-Social, que reúne as informações trabalhistas.

No ano passado, o governo acabou com declarações específicas do Caged e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que passaram a ser informadas no e-Social. Os últimos dados desses sistemas e os dados do seguro-desemprego estão disponíveis no site do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. (Agencia Brasil)

Aposentados e militares já podem ser contratados para a Previdência

O governo federal autorizou o Ministério da Economia e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a realizarem chamamento público para contratação temporária de pelo menos 8.230 servidores aposentados e militares inativos. O edital de seleção deverá ser publicado em até seis meses, mas a contratação está autorizada a partir da terça-feira (28).

A Portaria nº 10.736/2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, foi publicada no Diário Oficial da União da terça-feira.

A contratação de militares inativos e de servidores civis federais aposentados foi a forma encontrada pelo governo para reforçar o atendimento nas agências da Previdência e reduzir o estoque de pedidos de benefícios em atraso no INSS. O número de pedidos com mais de 45 dias de atraso passa de 1,3 milhão.

De acordo com a portaria, poderão ser contratadas 7,4 mil pessoas para atendimento e serviços administrativos nas agências do INSS. Para o trabalho de concessão e revisão de benefícios e de demandas judiciais no INSS, a portaria não define o número de pessoas, mas a contratação respeitará o limite de gasto de R$ 19,9 milhões em 2020; R$ 31,9 milhões em 2021 e R$ 10,6 milhões em 2022.

Para o Ministério da Economia, poderão ser contratadas 290 pessoas para a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal e 540 para a Secretaria de Previdência. Já a contratação de médicos peritos terá limite máximo de gasto de R$ 45,5 milhões em 2020; R$ 91 milhões em 2021 e R$ 45,5 milhões em 2022.

Em janeiro deste ano, o governo regulamentou a contratação de militares inativos para atividades em órgãos públicos federais, pagando o adicional de 30% sobre o salário recebido na inatividade. O percentual está definido na Lei 13.954/2019 que trata da estrutura da carreira militar, aprovada em 2019 pelo Congresso Nacional.

Já a contratação de servidores civis federais aposentados foi definida com a edição da Medida Provisória 922/2020, no início de março. O texto tem força de lei, mas ainda depende de aprovação do Congresso Nacional. (Agencia Brasil)

União comprou mais de R$ 1 bi de material de saúde sem licitação

Os gastos do governo federal com a compra simplificada de material de combate ao novo coronavírus superou a marca de R$ 1 bilhão, divulgou na terça-feira (28) o Ministério da Economia. Desde 4 de fevereiro, ocorreram 2.140 compras sem licitação, num total de R$ 1,1 bilhão.

Entre os itens comprados, estão álcool em gel, sabonete líquido, termômetros digitais, máscaras e equipamentos mais complexos, como respiradores. A compra sem licitação está autorizada pela Lei 13.979, sancionada no início de fevereiro.

Os órgãos que mais fizeram compras sem licitações foram a Fundação Oswaldo Cruz, com R$ 436,09 milhões (39,76% do total gasto); o Ministério da Saúde, com R$ 231,38 milhões (21,1%); e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com R$ 169,53 milhões (15,46%).

Alguns estados e o Distrito Federal compraram materiais sem licitação por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet). O Pará gastou R$ 27,53 milhões, seguido por São Paulo (R$ 220,2 mil) e pelo Paraná (R$ 30,4 mil). O Amapá desembolsou R$ 18,07 mil, e o Rio de Janeiro, R$ 10,2 mil. Rondônia, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal também fizeram compras por esse modelo, mas em valores inferiores a R$ 1 mil, cada um.

Para acelerar ainda mais as compras públicas durante a pandemia, o governo editou as Medidas Provisórias (MP) nº 926 e nº 951.

A primeira estende a dispensa de licitação para qualquer insumo e serviço ligado ao enfrentamento da pandemia, inclusive serviços de engenharia para a construção e a reforma de unidades de saúde. A segunda MP permite a compra conjunta de itens com dispensa de licitação pelo Sistema de Registro de Preços, de forma que um órgão pode gerenciar uma compra com outros órgãos e até governos locais atuarem como participantes.

Segundo o Ministério da Economia, uma aquisição normal, por meio de pregão eletrônico, pode levar até 60 dias. Com as mudanças realizadas pelo governo, uma compra via dispensa de licitação pode ser concluída em dez dias. A compra simplificada vale apenas para os materiais e os serviços relacionados ao enfrentamento da pandemia. As demais aquisições devem ser realizadas pelos procedimentos tradicionais. (Agencia Brasil)

Juros para pessoa física caem para 46,1% ao ano, diz Banco Central

As taxas de juros do crédito para empresas e pessoas físicas caíram em março, de acordo com dados divulgados na terça-feira (28), em Brasília, pelo Banco Central (BC).

A taxa média de juros para pessoas físicas ficou em 46,1% ao ano em março, com redução de 0,6 ponto percentual em relação a fevereiro.

No caso das empresas, a queda foi de 0,4 ponto percentual, indo para 16,6% ao ano.

Entre as modalidades para pessoas físicas, está o cheque especial com taxa de 130% ao ano (7,2% ao mês), redução em 0,6 ponto percentual. O BC determinou que os bancos não poderão cobrar taxas superiores a 8% ao mês, o equivalente a 151,8% ao ano.

Já os juros do rotativo do cartão de crédito subiram em março, chegando a 326,4% ao ano, com aumento de 3,8 pontos percentuais em relação a fevereiro.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras parcelam a dívida.

Na modalidade de parcelamento das compras pelo cartão de crédito, os juros chegaram a 186,5% ao ano em março, com aumento de 0,1 ponto percentual.

A taxa de juros do crédito pessoal não consignado subiu para 94,7% ao ano em março, com queda de 11,9 pontos percentuais em relação a fevereiro.

A taxa do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) caiu 0,4 ponto percentual, indo para 21% ao ano no mês passado.

A inadimplência do crédito, considerados atrasos acima de 90 dias, para pessoas físicas subiu 0,1 ponto percentual, chegando a 5,2%. Entre pessoas jurídicas, a inadimplência permaneceu em 2,3% em março.

Todos esses dados são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes.

Com medidas de injeção de liquidez na economia, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos ficou em R$ 3,587 trilhões em março, com alta de 2,9% em relação a fevereiro e de 9,6% em 12 meses.

Esse saldo do crédito correspondeu a 48,9% de tudo o que o país produz – o Produto Interno Bruto (PIB) – com aumento de 1,2 ponto percentual em relação a fevereiro.

Segundo o Banco Central, o crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R$ 979,3 bilhões, representando crescimento de 9,9% no mês e de 21,7% em 12 meses. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Papa pede respeito a medidas para saída de confinamento

O papa pediu na terça-feira (28) que as pessoas sejam "obedientes" e respeitem as medidas para a saída do confinamento imposto pelo coronavírus, "para que a pandemia não retorne".

"Quando começamos a ter medidas para sair da quarentena, pedimos ao Senhor que dê ao seu povo, todos nós, a graça da prudência e obediência às disposições, para que a pandemia não retorne", disse Francisco na sua habitual missa matinal na Casa de Santa Marta, transmitida ao vivo pelos canais do Vaticano.

Apesar das disposições determinadas pelo governo italiano para sair gradualmente do confinamento, não foi ainda autorizada a celebração de missas.

Isso provocou uma dura reação da Conferência Episcopal Italiana (CEI) que, numa declaração contra o governo do primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, denunciou que "a liberdade de culto" estava sendo violada.

Seguindo o conselho do comitê técnico-científico de Itália, encarregado de preparar o plano de reabertura do país, foi decidido que não era seguro permitir cerimônias religiosas, embora os funerais com até 15 pessoas tenham sido autorizados.

Por outro lado, o papa Francisco dedicou a homilia de hoje aos falsos testemunhos e afirmou que é "uma bestialidade" usá-los para "fazer justiça".

"Os falsos testemunhos, calúnias, que incitam as pessoas a fazer justiça", são um verdadeiro linchamento", disse ele, dando o exemplo da cristã paquistanesa Asia Bibi, julgada por calúnia e que ficou muitos anos na prisão.

"Diante da avalanche de notícias falsas que criam uma opinião [entre as pessoas], às vezes nada pode ser feito", observou.

E, a esse respeito, também citou o Holocausto e como "uma opinião foi criada contra um povo para acabar com ele". "Depois, há o pequeno linchamento diário que tenta condenar as pessoas, criando uma má reputação, o pequeno linchamento diário que cria opiniões para condenar as pessoas", acrescentou.

Francisco admitiu que na igreja também ocorrem "vários linchamentos todos os dias, que nascem das coscuvilhices [fofocas]". (Agencia Brasil)

Covid-19: OMS pede mais voos para acelerar remessa de exames

A Organização Mundial da Saúde (OMS) pediu na terça-feira (28) uma quantidade maior de voos para acelerar as remessas de conjuntos de exames e equipamentos de proteção para áreas em que a Covid-19 está se disseminando, especialmente a América Latina

O chefe de apoio operacional e logística da OMS, Paul Molinaro, disse que as remessas globais de vacinas foram prejudicadas em abril e que, se isso continuar em maio, haverá lacunas nas imunizações de rotina e nas campanhas contra surtos de outras doenças.

O Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas relatou os primeiros transtornos em algumas cadeias de suprimento de comida que "podem fazer estragos", disse.

"Vimos o sistema de transporte aéreo internacional, do qual somos bastante dependentes para a movimentação de cargas, parar gradualmente."

"Então estamos em um ponto agora no qual precisamos procurar soluções para isto", disse Molinaro durante um briefing de notícias virtual da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra.

Os Emirados Árabes Unidos forneceram aviões para coletar suprimentos na China, que depois são distribuídos através de um polo de Dubai. Ele acrescentou que outros países disponibilizaram recursos aéreos.

"Na aviação comercial, sempre estamos dispostos a aceitar mais ofertas. Apelamos constantemente por mais ofertas de recursos, ou transporte aéreo extremamente descontado", disse Molinaro.

Demanda

A demanda disparou durante a crise de coronavírus, mas a OMS conseguiu adquirir e distribuir 1,1 milhão de conjuntos de diagnósticos, e mais 1,5 milhão estão a caminho, disse ele. A entidade sediada em Genebra se beneficiou de alguns preços preferenciais e almeja obter 9 milhões de conjuntos de exames por meio de consórcios.

Segundo relatos, cerca de 3,03 milhões de pessoas de todo o mundo já foram infectadas na pandemia do novo coronavírus e 210.263 morreram, de acordo com a contagem mais recente da Reuters.

O Panamá servirá como um polo de distribuição regional de equipamentos de proteção pessoal e outros suprimentos na América Latina depois de atrasos provocados pela distância e outros problemas, informou Molinaro.

"Estamos cientes de (que houve) dificuldades para suprir a América Latina no início, e na época a quantidade de casos não era alta e estávamos concentrados em outras áreas", disse.

"Certamente a situação mudou e agora estamos em vias de planejar para que as próximas aquisições e volumes de levas que conseguirmos, ao menos de EPIs (equipamentos de proteção individual), siga naquela direção, e dentro dos planos de exames também haverá alocação." (Agencia Brasil)

Branco Peres Agro S.A.

CNPJ/MF: 43.819.822/0001-01
Relatório Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que dispõe o estatuto social e de conformidade com a exigência legal, a diretoria submete à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se tiverem necessários. São Paulo, (SP) Abril de 2020

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demais Demonstrações Financeiras

Ativo / Circulante	2019	2018
Disponível	6.540	13.371
Aplicação Financeira	13.089	8.431
Clientes	24.164	22.452
8º Derivativos	2.799	2.305
Estoques	76.681	70.946
Ativo Biológico	35.658	20.971
Contas a Receber	37.828	29.413
Outros Créditos	6.832	14.146
Despesas Antecipadas	211	200
Total	**204.902**	**187.235**
Ativo - Não-Circulante		
Depósitos Judiciais	164	393
Mútuo - Sócio	622	1
Outros	533	819
Direito de Uso CPC 06	174.179	0
Investimentos	230	230
Imobilizado	136.280	97.443
Diferido	56	39
Intangível	372	421
Total	**312.636**	**99.346**
Total Geral do Ativo	**517.538**	**286.581**

Passivo / Circulante	2019	2018
Fornecedores	37.887	32.798
Financiamentos/Empréstimos	67.468	80.875
Impostos/Tributos a Recolher	5.262	2.433
Salários/Férias a Pagar	3.604	3.859
Recebimentos Antecipados	786	2.253
Venda para Entrega Futura	920	2.000
Juros sobre Capital Próprio a pagar	2.718	2.718
Dividendos a pagar	1.997	2.367
Parcelas a CPC 06	43.976	0
Total	**164.618**	**127.302**
Passivo - Não-Circulante: Fornecedores	61.770	6.230
Financiamentos/Empréstimos	33.624	20.508
Empréstimos Sócios/Coligadas	22.976	2.333
Rect. Judiciais/Ação de Indenização	1.305	1.305
Imposto/Tributo Diferido	6.374	1.720
Provisões p/ contingência	8.674	958
Parcelas CPC 06	130.604	0
Total	**257.333**	**30.114**
Patrimônio Líquido: Capital Realizado	74.800	74.800
Reservas de Lucros	1.851	214
Reserva Legal	1.794	6.783
Prejuízos Acumulados	(5.144)	(18.064)
Resultado do Exercício a Destinar	23.486	6.152
Total	**96.937**	**69.817**
Total Geral do Passivo	**518.888**	**286.581**

Demonstração Lucros/Prejuízos Acumulados	2019	2018
Saldo no Início do Período	(10.064)	(8.304)
Resultado do Exercício	26.360	12.267
Transferência para Reserva Legal	(1.318)	(614)
Dividendos Distribuídos	(1.582)	(773)
Juros Sobre Capital Próprio	0	(2.718)
Incorporação	0	(19.064)
Lucros Amortizados	8.132	0
Reserva Lucros a Destinar	(17.870)	(1.820)
Saldo no Final do Período	(5.144)	(19.064)

Demonstração Fluxo de Caixa	2019	2018
Caixa líquido das atividades operacionais	(26.114)	(23.637)
Caixa líquido das atividades de investimento	(2.656)	(2.238)
Caixa líquido das atividades de financiamento	41.018	29.246
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	12.248	3.371
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.371	5.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	20.619	8.371

Demonstração do Resultado

	2019	2018
Receita Bruta	310.454	230.707
(-) Deduções de Vendas e Serviços	(25.732)	(28.337)
Receita Líquida	284.722	202.370
(-) Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(208.660)	(158.906)
Lucro Bruto	75.062	43.464
Receitas e Despesas Operacionais		
Despesas com Vendas	(2.671)	(2.256)
Administrativas e Gerais	(17.223)	(14.677)
Despesas Tributárias	(1.267)	(1.015)
Outras Receitas Operacionais	21.632	12.671
Outras Despesas Operacionais	(5.600)	(5.200)
Resultado Antes das Operações Financeiras	68.933	32.987
Receitas Financeiras	39.113	25.506
Despesas Financeiras	(43.006)	(46.669)
Lucro Antes do Imposto Renda e Contribuição Social	65.040	11.824
Contribuição Social	(2.916)	(1.280)
Imposto de Renda	(6.420)	(1.750)
Lucro Líquido do Exercício	**55.704**	**8.794**
Parcela dos Acionistas	8.756	6.756
Parcela dos Acionistas não Controladores	20	20
Demonstração do Fluxo de Caixa	**2019**	**2018**
Atividades Operacionais: Valores Recebidos de Clientes	311.301	293.420
Valores pagos a empregados administrativos	(6.620)	(8.134)
Valores pagos a fornecedores administrativos	(11.441)	(8.612)
Valores pagos de impostos e taxas	(13.905)	(14.084)
Valores pagos serviços prestados terceiros administração	(1.876)	(4.023)
Valores pagos a fornecedores	(158.003)	(132.292)
Valores pagos a empregados industria e agrícola	(36.619)	(29.648)
Valores pagos de despesas industriais	(2.593)	(4.472)
Valores pagos a serviços prestados por terceiros	(26.747)	(22.637)
Valores pagos de manutenção industrial durante a safra	(4.741)	(4.730)
Valores pagos manutenção industrial durante entre-safra	(6.052)	(8.436)
Valores pagos de despesas agrícolas	(14.433)	(20.837)
Valores pagos de aquisição de insumos agrícolas	(27.865)	(24.207)
Valores pagos de despesas de comercialização	(11.892)	(14.699)
Valores pagos a acionistas	(1.926)	(1.805)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**(13.412)**	**(119.826)**
Valores pagos referente a compra de imobilizado	(2.656)	(2.238)
Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes	902	415
Valores recebidos de sinistros	417	14
Valores recebidos na depreciação		766
Valores recebidos sobre aplicações financeiras	387	667
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	**(20.929)**	**(149)**
Pagamentos de empréstimos	(102.014)	(27.133)
Recebimentos de empréstimos	136.118	157.868
Pagamentos de despesas financeiras	(11.445)	(1.654)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	**32.659**	**129.082**
Aumento/redução nas disponibilidades	**(1.682)**	**9.107**
Disponibilidades no início do período	**21.882**	**12.775**
Disponibilidades no final do período	**20.199**	**21.882**

Demonstração do Resultado Abrangente	2019	2018
Lucro líquido do exercício	26.360	12.267
Outros Resultados Abrangentes		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	67.468	80.875
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Derivativos	56.601	22.943
Outros resultados líquidos	(44.615)	(21.256)
Resultado Abrangente do Período	**105.814**	**94.829**

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido	2019	2018
Saldo no início do período	69.817	62.023
Lucro líquido do exercício	26.360	12.267
Ajuste de Avaliação Patrimonial	67.468	80.875
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Derivativos	56.601	22.943
Outros resultados líquidos	(44.615)	(21.256)
Dividendos Distribuídos	(1.582)	(773)
Juros Sobre Capital Próprio	0	(2.718)
Incorporação	0	(19.064)
Lucros Amortizados	8.132	0
Reserva Lucros a Destinar	(17.870)	(1.820)
Saldo no Final do período	(5.144)	(19.064)
Saldo do período	**96.937**	**69.817**

Demonstração Fluxo de Caixa

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	26.360	12.267
Depreciação e Amortização	8.132	6.783
Ajuste a valor justo ativo biológico	(14.937)	(8.304)
Ajuste a valor justo derivativos	(494)	(1.750)
Ajuste a valor justo ativo biológico colhido	21.624	14.521
Variação cambial	2.718	2.718
Juros sobre capital próprio	1.997	2.367
Parcelas a CPC 06	43.976	0
Caixa líquido das atividades operacionais	**(26.114)**	**(23.637)**
Aplicação financeira	(4.658)	(8.431)
Ativo biológico	(14.687)	(12.540)
Ativo imobilizado	(39.837)	(32.798)
Direito de uso CPC 06	(174.179)	0
Diferido	(17)	(39)
Intangível	(49)	(421)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(2.656)**	**(2.238)**
Empréstimos	41.018	29.246
Caixa líquido das atividades de financiamento	**41.018**	**29.246**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**12.248**	**3.371**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**8.371**	**5.000**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**20.619**	**8.371**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2019	2018
Receita Líquida	284.722	202.370
(-) Insumos	(229.660)	(158.906)
(-) Depreciação e Amortização	(8.132)	(6.783)
(-) Perda/Recuperação de valores ativos	0	0
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0
(+) Receitas Financeiras	39.113	25.506
(+) Despesas Financeiras	(43.006)	(46.669)
(+) Outras Receitas	21.632	12.671
(-) Outras Despesas	(5.600)	(5.200)
(-) Provisão para Contingências	(7.716)	(957)
(-) Ajuste a valor justo ativo biológico	(6.713)	(6.217)
(-) Ajuste a valor justo ativo biológico colhido	21.624	14.521
(-) Variação cambial	2.718	2.718
(-) Juros sobre capital próprio	1.997	2.367
(-) Parcelas a CPC 06	43.976	0
Valor Adicionado Bruto	**(0)**	**(0)**
Depreciação e Amortização	8.132	6.783
Valor Adicionado Líquido	**8.132**	**6.783**
Receitas Financeiras	39.113	25.506
Valor Adicionado Total	**47.245**	**32.289**
Pessoal e Encargos	6.620	8.134
Remuneração Direta	5.000	6.000
Benefícios	1.620	2.134
FGTS	0	0
Impostos, Taxas e Contribuições	14.430	20.693
Federais	14.430	20.693
Estaduais	0	0
Municipais	0	0
Remuneração de Capitais de Terceiros	11.445	1.654
Juros	11.445	1.654
Aluguéis	0	0
Remuneração de Capitais Próprios	26.360	12.267
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	26.360	12.267
Valor Adicionado Total	**47.245**	**32.289**

Parecer Independente

Parecer Independente sem ressalva sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras e DVA correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 - Ênfase - Mudança de estimativa contábil - Ativo biológico colhido

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGUM

Rua Dona Inácia Uchoa, 96, Centro, São Paulo - SP, CEP 04110.020
CNPJ: 61.000.683/0001-71

Relatório da Diretoria

Senhores (as) A Diretoria da Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, submete à apreciação as Demonstrações Contábeis Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Balanço Patrimonial (Em Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2019	2018
Circulante	04 (a)	18.827.876	22.926.024
Caixa e Equivalentes de Caixa	04 (a)	12.244.386	16.373.290
Caixa	04 (a)	48.000	112.674
Bancos Conta Movimento(s/restrição)	04 (a)	3.541.198	3.097.758
Bancos Conta Aplicações(s/restrição)	04 (a)	7.702	56.938
Bancos Contas Aplicações c/prazo(s/restr.)	04 (a1)/(b)	7.374.876	11.633.731
Bancos Contas Aplicações c/prazo(s/restr.)	04 (a2)/(b)	1.272.609	1.472.189
Clientes e Outros Créditos		**1.498.698**	**1.982.644**
Anuidades a Receber	04 (c)	5.878.782	5.779.155
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	04 (d)	(4.380.084)	(3.796.511)
Estoques		**847.441**	**846.420**
Estoques	04 (e)	847.441	846.420
Outros Ativos Circulantes	04 (f)	**4.237.352**	**3.724.269**
Outros Valores e Bens		2.302.313	2.797.784
Convênios e Subvenções		5.250	5.060
Impostos a Recuperar		52.775	56.638
Despesas Antecipadas		135.984	139.332
Adiantamentos Funcionários		447.836	351.285
Adiantamentos Fornecedores/Mat.Didático		1.661.616	606.526
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	04 (d)	(268.423)	(234.349)
Não - Circulante		**311.341.305**	**317.123.380**
Realizável a Longo Prazo	04 (g)	**6.078.882**	**5.933.563**
Aluguéis		227.040	248.928
Depósitos Judiciais		5.607.912	5.184.643
Contratos		243.930	
Investimentos	06	**4.965.254**	**5.090.831**
Direitos de Uso de Telefone			
Propriedades para Investimento - Terrenos		3.257.762	3.257.762
Propriedades para Investimento - Edificações		2.608.300	2.608.300
(-) Depreciação Investimento - Edificações		(900.808)	(775.231)
Imobilizado	04 (h) / 07	**300.124.660**	**305.762.688**
Bens em Uso		**300.124.660**	**305.762.688**
Terrenos		191.024.238	191.024.238
Edificações		127.901.746	127.901.746
Benfeitorias em Imóveis em Andamento			
Móveis e Utensílios		11.692.908	11.525.119
Máquinas e Equipamentos		3.465.267	3.395.766
Veículos		1.303.176	1.356.576
Biblioteca		1.874.966	1.874.966
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.262.212	2.262.212
Imóveis em Comodato		7.174.670	7.174.670
(-) Depreciação Acumulada		(45.531.140)	(39.798.264)
(-) Amortização Imóveis de Terceiros		(620.866)	(531.823)
(-) Impairment		(422.518)	(422.518)
Intangível	8	**172.500**	**332.297**
Direitos Autorais		3.882.344	3.882.344
(-) Amortização Acumulada		(3.709.836)	(3.546.047)
Total do Ativo		**330.169.181**	**340.050.002**
Contas Extra Patrimonais	26	**31.641.670**	**30.495.440**
Bolsas de Estudos Lei 12.101/09 - 50%		1.872.754	2.515.847
Bolsas de Estudos Lei 12.101/09 - 50%		923.585	1.164.305
Bolsa Lei 12.101/09 - Tempo Integral 100%		11.054.114	10.155.501
Bolsa Convenção Coletiva		5.349.571	5.045.899
Apoio Alunos Bolsista-Benefícios Complem.		125.718	123.539
Gratuidades de Assistência Social		12.315.928	11.490.348

Passivo	Nota Explicativa	2019	2018
Circulante	04 (j)	**22.182.458**	**21.327.569**
Obrigações Trabalhistas		2.426.267	2.440.501
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher		6.807.685	6.443.460
Fornecedores		1.089.496	623.076
Outras Obrigações a Pagar		3.595.596	4.409.398
Provisões Trabalhistas	04 (k)	3.178.147	2.965.600
Receitas Antecipadas	6	5.085.268	4.445.534
Não - Circulante	04 (l)	**1.234.706**	**707.400**
Provisão para Contingência	13	833.626	
Aluguéis		157.207	707.400
Contratos		243.930	
Patrimônio Líquido	10	**306.751.966**	**318.015.033**
Patrimônio Social		126.469.316	126.469.316
Ajuste de Avaliação Patrimonial Imóveis		190.887.013	195.038.790
Ajuste de Avaliação Patrimonial Móveis		658.705	653.513
Ajustes de Avaliação Patrimonial Imobilizado			(504.229)
Resultado Exercícios Anteriores		11	(30.332)
Déficit do Exercício	04 (m)	(11.232.735)	(13.003.375)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**330.169.181**	**340.050.002**
Contas Extra Patrimonais	26	**31.641.670**	**30.495.440**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 10%		1.872.754	2.515.847
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		923.585	1.164.305
Bolsa Lei 12.101/09 - Tempo Integral 100%		11.054.114	10.155.501
Bolsa Convenção Coletiva		5.349.571	5.045.899
Apoio Alunos Bolsista-Benefícios Complem.		125.718	123.539
Gratuidades de Assistência Social		12.315.928	11.490.348

Demonstrações Do Valor Adicionado (D.V.A.)

	2019	2018
Receitas	**98.880.027**	**99.667.241**
Receitas de Atividades Área Educacional	64.282.006	66.085.604
Bolsas de Estudos (12.101/09)	13.850.453	13.835.653
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	5.349.571	5.045.899
Receitas de Atividade Meio	8.279.825	7.952.490
Provisão Perdas(Reversão) Anuidades	(170.781)	(81.241)
Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso)	768.174	776.777
Outras Receitas	20.615	
Outras Receitas	6.503.166	6.056.057
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(21.830.227)**	**(26.984.560)**
CMV	(5.238.939)	(3.113.070)
Custos de Mercadorias das Atividades	(18.393.288)	(23.471.490)
Materiais, energia e outros de terceiros e outro	2.402.004	
Valor Adicionado Bruto	**77.249.801**	**73.082.681**
Depreciação/Amortização/Exaustão	(6.187.862)	(6.370.832)
Valor Adicionado Líquido		
Produzido pela Entidade	**71.061.939**	**66.711.848**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**3.676.126**	**3.103.938**
Receitas Financeiras	2.708.333	1.954.264
Receitas Financeiras	967.793	1.149.674
Valor Adicionado Total a Distribuir	**74.738.059**	**69.815.786**
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	54.174.970 72,49	46.225.819 66,21
Bolsas de Estudos (12.101/09)	13.850.453 18,53	13.835.653 19,82
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	5.349.571 7,16	5.045.899 7,23
Gratuidade Assistência Social	12.315.928 16,48	11.490.348 16,46
Apoio Alunos Bolsta	125.718 0,17	123.539 0,18
Gerais	154.155 0,21	146.311 0,21
Déficit do Exercício	(11.232.735) (15,03)	(13.003.375) (18,62)
Valor Adicionado Total Distribuído	**74.738.059** 100	**69.815.786** 100

Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

Contas Especificações	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Ex.Anterior	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**137.598.092**	**(9.691.278)**	**197.020.557**	**(357.803)**	**325.079.567**
Transferência p/ Patrimônio	(9.691.278)	9.691.278	-	357.803	357.803
Resultado Exercício Anterior	(357.803)	-	-	(12.750)	(370.553)
Déficit/ Superávit de 2018	-	(13.003.375)	-	-	(13.003.375)
Ajuste Patrimonial Imóveis	(7.051.784)	-	-	-	(7.051.784)
Ajuste Patrimonial de Móveis	685.658	-	-	-	685.658
Ajuste Patrimonial de Imóveis	356.825	-	(356.825)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**129.101.494**	**(7.051.784)**	**195.978.074**	**(12.750)**	**318.015.033**
Transferência p/ Patrimônio	(7.051.784)	7.051.784	-	(12.750)	12.750
Resultado Exercício Anterior	(12.750)	-	-	(30.332)	(43.082)
Déficit/ Superávit de 2019	-	(11.232.735)	-	-	(11.232.735)
Ajuste Patrimonial Imóveis	4.141.778	-	(4.141.778)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	290.578	-	(290.578)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**126.469.316**	**(11.232.735)**	**191.545.718**	**(30.332)**	**306.751.966**

Demonstração do Resultado do Período (Em Reais)

	Nota Explicativa	2019	2018
Receita Brutas Serviços (Atividades Fins)			
Receita Líquida Prestação Serviço Educacional:		**64.062.161**	**71.585.420**
(+) Bolsas de Estudo (12.101/09)	14	13.850.453	13.835.653
(+) Bolsas de Estudo (12.101/09 - 50%	14	5.349.571	5.045.899
(+) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva	14	(219.844)	(4.655.680)
(-) Deduções s/ Anuidades		(1.872.734)	(2.515.847)
(-) Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 10%		(923.585)	(1.164.305)
(-) Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%		(5.349.571)	(5.045.899)
(-) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva		(11.054.114)	(10.155.501)
(-) Bolsa Lei 12.101/09 - Tempo Integral 100%		**7.057.820**	**6.566.992**
Outras Receitas		1.048.391	1.034.940
(+) Receitas Outras Curriculares			
(+) Outras Receitas Educacionais			
(serviços de secretaria e outros)	14	2.215.223	2.097.772
(+) Subvenções	14	54.700	85.243
(-) Apoio Alunos Bolsista			
(-) Donativos e Contribuições	14/ 17	125.734	83.722
(-) Impostos Diversos	14/ 17	1.453.513	1.453.513
(-) Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	833.454	462.202
(+) Receitas Financeiras	14	700.549	853.738
(+) Receitas Financeiras	14	12.000	
2 - Receita Brutas Prestação de Serviços do Assistência Social		**4.567.191**	**3.175.256**
(+) Contribuições - (Estatuto do Idoso)	14	768.174	776.777
(+) Receitas Prestação de Assistência Social	14	1.165.380	1.090.240
(+) Donativos e Contribuições	14/ 17	1.203.852	576.583
(+) Receitas Diversas	14	182.495	183.359
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	1.176.722	481.614
(+) Receitas Financeiras	14	70.568	66.724
3 - Receitas de Atividade Meio		**5.349.799**	**5.116.213**
(+) Material Pedagógico	14	5.908.930	5.367.555
(+) Material Didático Comodato	14	2.221.369	2.415.630
(+) Prestação de serviço - Impressões	14	149.532	169.302
(-) CMV		(3.236.939)	(3.110.070)
(-) ICMS		(73.112)	(76.097)
(-) Devolução Material Pedagógico		(54.461)	(184.478)
(-) Cancelamento de Venda			(700)
(+) Receitas Diversas	14	280.952	160.139
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	18.545	40.677
(+) Donativos e Contribuições	14/ 17	90.518	125.488
(+) Receitas Financeiras	14	44.471	42.772
(+) Receitas Ativo Imobilizado			
4 - Receitas Institucionais		**1.345.300**	**1.162.108**
(+) Donativos e Contribuições	14/ 17	68.149	13.026
(+) Receitas Diversas	14	708.336	630.415
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 14	408.000	355.163
(+) Receitas Financeiras	14	132.200	163.444
(+) Receitas Ativo Imobilizado		28.615	
Receita Bruta		**82.382.270**	**87.605.988**
(-) Impostos Sobre Serviços		**(74.557.131)**	**(66.832.158)**
(-) Impostos Diversos		(47.344.686)	(44.533.899)
(-) Donativos e Contribuições		(1.864.400)	(1.794.118)
(-) Material Didático		(4.192.542)	(4.299.336)
(-) Material Pedagógico		(4.230.556)	(3.774.1	
(-) PCLD		(819.157)	(885.422)
(-) Bolsas Financeiras		(5.195.448)	(5.557.102)
(-) Despesas c/ Subvenção		(54.712)	(85.243)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	833.454	(462.202)
(-) Programa de Apoio ao Alunos Bolsista		(125.718)	(123.539)
(-) Outras Despesas		(9.978.212)	(7.056.1	
(-) Despesas de Assistência Social		**(13.473.508)**	**(12.560.550)**
(-) Despesas com Pessoal		(5.795.245)	(5.092.2	
(-) Despesas Diversas		(294.315)	(238.082)
(-) Depreciação/Amortização		(715.088)	(731.180)
(-) Material Pedagógico		(1.772.092)	(1.809.1	
(-) Despesas Financeiras		(24.987)	(20.626)
(-) Bolsas Financeiras		(1.157.588)	(1.092.2	
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(1.176.722)	(481.614)
(-) Outras Despesas		(2.536.842)	(2.095.2	
3 - Despesas de Atividades Meio		**(3.970.366)**	**(3.706.831)**
(-) Material Didático		(1.401.114)	(1.407.418)
(-) Manutenção		(132.268)	(77.010)
(-) Depreciação/Amortização		(247.683)	(357.674)
(-) Material Pedagógico		(429.653)	(432.2	
(-) Despesas Financeiras		(81.138)	(74.864)
(-) Outras Despesas		(1.678)	(80.677)
(-) Outras Despesas		(1.658.365)	(1.508.929)
4 - Despesas Atividades Institucionais		**(1.613.999)**	**(1.402.721)**
(-) Despesas com Pessoal		287.513	224.502
(-) Material		(208.440)	(205.3	
(-) Depreciação		(1.032.549)	(1.022.643)
(-) Material de Consumo		(4.089)	(9.993)
(-) Despesas Financeiras		(3.342)	(26.412)
(-) Outras Despesas		(245.068)	32.422
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(408.000)	(355.163)
Total das Despesas		**(93.615.005)**	**(84.502.270)**
Superavit/Déficit		(8.437.151)	(3.103.282)
Deficit Assistencial		(8.906.318)	(9.385.294)
Superavit/Déficit Atividade Meio		1.379.433	1.409.382
Deficit Institucionais		(268.700)	(240.624)
Deficit do Período	04 (m)	**(11.232.735)**	**(13.003.375)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades		
1 - Atividades Operacionais		
Deficit do Exercício	(11.232.735)	(7.051.784)
Depreciação	5.858.452	6.011.951
Amortização	252.832	358.917
Provisão	617.646	911.932
Provisão para Contingência	833.626	
Perdas Diversas / Menualidades / Apostilas	40.396	443.323
Provisões não Desembolsáveis (Férias, 1/3 e encargos)	208.014	(443.569)
Resultado Exercício Anterior	(30.332)	(12.750)
Ajuste Patrimônio Bolsista		
Receitas não Embolsáveis (Recuperação de Créditos, Reversão)	(984.570)	(1.398.656)
Superávit/ Déficit do Exercício Ajustado	**(4.436.672)**	**(1.160.671)**
Atividades Operacionais		
Aumento nas Anuidades a Receber	99.627	1.209.697
Aumento nos Adiantamentos Diversos	-	-
Diminuição nos Créditos Diversos	-	-
Aumento nos Estoques	(1.021)	440.148
Aumento das Despesas Antecipadas	3.348	(83.278)
Aumento nas Obrigações Trabalhistas	(14.233)	2.406.934
Aumento nas Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	364.225	713.920
Aumento de Fornecedores a Pagar	466.420	172.639
Aumento de Outras Obrigações a Pagar	(813.802)	325.998
Aumento de Provisões Trabalhistas (Anuidades Escolares)	639.733	(181.515)
Diminuição Valores a Recuperar	5.855	15.597
Aumento dos Alugueis a Longo Prazo	(550.200)	(726.804)
Aumento dos Outros Ativos	800.290	(131.274)
Aumento Depositos Judiciais	(423.269)	28.300
Total Geração Operacional de Caixa	**576.972**	**4.190.362**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Baixas de Depreciação	-	
Adições a Investimento de Comodato	-	
Adições a Instalações e Benfeitorias	-	(12.204)
Adições a Móveis e Utensílios	(269.205)	(211.835)
Adições Veículos	-	
Adições Biblioteca	-	
Adições Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	
Adições Intangível	-	
Adições Direitos Autorais	-	
Adições Imóveis em Comodato	-	
Total das Atividades de Investimentos	**(269.205)**	**(224.039)**
3 - Das Atividades de Financiamentos		
(+) Empréstimo obtido	-	
(+) Doações Patrimoniais	-	
Doações Incorporadas ao Patrimônio	-	
Lista Líquida Proveniente das Atividades de Financiamentos	-	-
(1+2+3) Variação das Disponibilidades	**(4.128.905)**	**2.805.652**
Saldo Inicial das Disponibilidades em 01/01/2019	**16.373.290**	**13.567.639**
Variação Ocorrida no Período	**(4.128.905)**	**2.805.652**
Disponibilidade Final do Período	**12.244.386**	**16.373.290**

Demonstrações de Origens e Aplicações dos Recursos Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

	2019	2018
Origem dos Recursos:		
Superavit do Exercício		
Depreciação	5.858.452	5.989.269
Amortização		
Baixa do Imobilizado	85.315	
Provisões	252.832	358.917
Investimentos	-	48.301
Aumento do Passivo Longo Prazo	527.356	255.708
Total dos Recursos	**6.723.955**	**6.652.195**
Aplicação dos Recursos:		
Déficit do Exercício	11.232.735	7.051.784
Realizável Exercício Anterior	30.332	12.750
Aplicação Imobilizado	269.205	224.045
Aumento do Ativo Longo Prazo		
Aumento do Ativo Real. Longo Prazo	145.319	698.504
Reducão do Passivo Longo Prazo		
Total das Aplicações de Recursos	**11.677.591**	**7.987.083**
Variação no Patrimônio Circulante	**(4.953.636)**	**(1.334.888)**
Demonstração da Variação das Recursos Circulantes Líquidos		
Ativo Circulante Líquido (Início Exercício)	22.926.023	20.627.304
Ativo Circulante Líquido (Final Exercício)	18.827.876	22.926.024
Variação do Ativo Circulante Líquido	**(4.098.147)**	**2.299.318**
Passivo Circulante Líquido (Início Exercício)	21.327.569	17.693.382
Passivo Circulante Líquido (Final Exercício)	22.182.458	21.327.569
Variação do Passivo Circulante Líquido	**(854.890)**	**(3.634.206)**
Variação das Recursos Circulantes Líquidos	**(4.953.636)**	**(1.334.888)**

Demonstração do Superávit/Déficit Operacional (Em Reais)

	2019 - 85			2018 - 85		
Ativo	Educação Social	Assist. Social	Atividade Meio	Educação Social	Assist. Social	Atividade Meio
Total	**18.827.876**	**2.365.209**	**3.083.433**	**18.827.876**	**2.365.209**	**3.083.433**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**7.499.314**	**1.961.784**	**2.657.799**	**125.488**	**12.244.386**	**10.158.840**	**3.538.450**	**2.539.317**	**136.684**	**16.373.290**
Caixa	48.000	0	0	2.544	48.000	112.674	0	0	2.544	112.674
Bancos Conta Movimento(s/restrição)	3.271.649	84.974	81.521	103.054	3.541.198	2.865.847	96.564	83.882	51.484	3.097.758
Bancos Conta Movimento(s/restrição)	7.702	0	0	0	7.702	56.938	0	0	0	30.394
Bancos Conta Aplicações(s/restrição)	4.198.276	591.379	2.568.734	16.487	7.374.876	7.213.530	1.901.645	2.453.096	66.083	11.633.773
Bancos Conta Aplicações C/prazo(s/restr.)		1.272.609	-	-	-	1.472.189	1.498.692	-	-	1.498.692
Outros Recebíveis	**1.439.050**	**59.648**	-	-	**1.498.698**	**1.944.092**	**38.552**	-	-	**1.982.644**
Anuidades a Receber	5.819.133	59.648	-	-	5.878.782	5.740.603	38.552	-	-	5.779.155
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(4.380.084)	-	-	-	(4.380.084)	(3.796.511)	-	-	-	(3.796.511)
Estoques	-	-	**847.441**	**847.441**	-	-	**846.420**	**846.420**	-	-
Estoques	-	-	847.441	847.441	-	-	846.420	846.420	-	-
Outros Ativos Circulantes	**1.626.358**	**243.836**	**425.650**	**1.941.507**	**4.237.352**	**1.066.066**	**255.525**	**408.743**	**1.993.934**	**3.724.269**
Outros Valores e Bens	466.095	147.352	352.599	1.286.267	2.202.313	463.620	180.089	337.816	1.816.259	2.797.784
Convênios e Subvenções	-	5.250	-	-	5.250	5.060	5.060	-	-	5.060
Impostos a Recuperar	420	947	51.408	-	52.775	7.221	8.475	51.408	-	56.638
Despesas Antecipadas	115.017	7.564	10.628	2.780	135.984	124.809	8.475	14.774	1.215	139.332
Adiantamentos Funcionários	336.431	82.724	11.015	17.666	447.836	264.148	61.901	4.800	20.437	351.285
Adiantamentos Fornecedores	755.070	-	-	906.546	1.661.616	281.636	-	-	324.890	606.526
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(26.677)	-	-	(241.747)	(268.423)	(20.828)	-	-	(213.521)	(234.349)
Não - Circulante	**213.621.017**	**67.161.260**	**42.499.028**	**8.059.998**	**311.341.305**	**217.123.380**	**47.860.669**	**50.280.973**	**3.958.338**	**317.123.380**
Realizável a Longo Prazo	**303.825**	**10.890**	**5.406.237**	**357.930**	**5.678.882**	**172.987**	**5.890**	**5.047.286**	**707.400**	**5.933.563**
Alugueis		69.840	157.200	227.040			41.520	707.400		748.920
Depósitos Judiciais	260.625	10.890	5.336.397	5.607.912	5.607.912	172.987	5.890	5.005.386	-	5.184.643
Contratos	43.200			200.730	243.930					
Investimentos	-	-	**4.965.254**	-	**4.965.254**	-	-	**5.090.831**	-	**5.090.831**
Direitos de Uso de Telefone										
Propriedades para Investimento - Terrenos		-	3.257.762	-	3.257.762		-	3.257.762		3.257.762
Propriedades para Investimento - Edificações		-	2.608.300	-	2.608.300		-	2.608.300		2.608.300
(-) Depreciação Investimento - Edificações		-	(900.808)	-	(900.808)		-	(775.231)		(775.231)
Imobilizado	**213.317.192**	**67.150.370**	**32.127.547**	**7.529.550**	**300.124.660**	**217.339.817**	**47.854.779**	**40.142.856**	**425.236**	**305.762.688**
Bens em Uso	**213.317.192**	**67.150.370**	**32.127.547**	**7.529.550**	**300.124.660**	**217.339.817**	**47.854.779**	**40.142.856**	**425.236**	**305.762.688**
Terrenos	140.218.238	35.745.000	15.060.000	-	191.024.238	140.218.238	35.745.000	15.061.000	-	191.024.238
Edificações	89.539.907	15.174.417	23.187.423	-	127.901.746	89.539.907	15.174.417	23.187.423	-	127.901.746
Benfeitorias em Imóveis em Andamento										
Móveis e Utensílios	8.539.083	1.405.529	1.222.981	525.314	11.692.908	8.443.058	1.396.579	1.173.706	511.776	11.525.119
Máquinas e Equipamentos	2.372.426	536.122	235.681	321.038	3.465.267	2.374.537	536.122	235.681	249.426	3.395.766
Veículos	534.501	337.235	321.234	110.205	1.303.176	570.307	337.235	338.829	110.205	1.356.576
Biblioteca	1.874.966	-	-	-	1.874.966	1.874.966	-	-	-	1.874.966
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.154.415	-	-	-	2.262.212	2.154.415	-	-	107.797	2.262.212
Imóveis em Comodato	-	-	-	-	-	-	-	7.174.670	-	7.174.670
(-) Depreciação Acumulada	(31.093.739)	(5.960.222)	(7.832.523)	(644.656)	(45.531.140)	(27.026.348)	(5.245.494)	(6.962.794)	(563.628)	(39.798.264)
(-) Amortização Imóveis de Terceiros	(597.983)	-	-	(22.882)	(620.866)	(511.807)	-	-	(20.016)	(531.823)
(-) Impairment	(224.670)	(87.710)	(58.249)	(51.924)	(422.518)	(224.615)	(87.710)	(58.249)	(51.924)	(422.518)
Intangível	-	-	-	**172.500**	**172.500**	-	-	-	**336.297**	**336.297**
Direitos Autorais	-	-	-	3.882.344	3.882.344	-	-	-	3.882.344	3.882.344
(-) Amortização Acumulada	-	-	-	(3.709.836)	(3.709.836)	-	-	-	(3.546.047)	(3.546.047)
Total do Ativo	**224.185.740**	**69.426.529**	**45.582.487**	**10.974.423**	**330.169.181**	**217.601.670**	**51.693.196**	**53.229.015**	**4.445.971**	**340.050.002**
Contas Extra Patrimonais	**19.325.742**	**12.315.928**	-	-	**31.641.670**	**19.005.092**	**11.490.348**	-	-	**30.495.440**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 10%	1.872.754	-	-	-	1.872.754	2.515.847	-	-	-	2.515.847
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%	923.585	-	-	-	923.585	1.164.305	-	-	-	1.164.305
Apoio Alunos Bolsista-Benefícios Complem.	125.718	-	-	-	125.718	123.539	-	-	-	123.539
Gratuidades de Assistência Social	-	12.315.928	-	-	12.315.928	-	11.490.348	-	-	11.490.348
Bolsa Convenção Coletiva	5.349.571	-	-	-	5.349.571	5.045.899	-	-	-	5.045.899
Bolsa Lei 12101/09 -Tempo Integral 100%	11.054.114	-	-	-	11.054.114	10.155.501	-	-	-	10.155.501
Passivo	**12.793.021**	**2.525.073**	**6.189.975**	**1.909.145**	**23.417.215**	**10.507.856**	**2.819.346**	**5.882.524**	**2.825.242**	**22.034.968**
Circulante	**11.916.195**	**2.525.073**	**6.189.975**	**1.551.215**	**22.182.458**	**10.507.856**	**2.819.346**	**5.882.524**	**2.825.242**	**21.327.569**
Obrigações Trabalhistas	1.968.674	319.294	105.623	32.676	2.426.267	1.929.759	342.195	121.140	47.407	2.440.501
Obrigações Fiscais e Sociais a Rec	1.255.220	127.229	5.395.623	31.613	6.807.685	1.192.946	127.229	5.095.284	27.961	6.443.460
Fornecedores	865.296	87.234	122.277	14.688	1.089.496	338.457	120.649	144.245	19.725	623.076
Outras Obrigações a Pagar	500.606	1.406.783	844.307	843.900	3.595.596	589.525	1.675.461	292.700	1.871.711	4.409.398
Provisões Trabalhistas	2.296.544	564.149	203.970	113.484	3.178.147	2.147.484	564.149	203.970	113.484	2.965.600
Receitas Antecipadas	5.029.855	20.384	-	35.028	5.085.268	4.388.631	12.894	-	44.009	4.445.534
Não - Circulante	**876.826**	-	-	**357.930**	**1.234.706**	-	-	-	**707.400**	**707.400**
Realizável a Longo Prazo	**876.826**	-	-	**357.930**	**1.234.756**	-	-	-	-	-
Provisão para Contingência	833.626	-	-	-	833.626	-	-	-	-	-
Aluguéis a Pagar	-	-	-	157.200	157.200	-	-	-	707.400	707.400
Contratos a Pagar	43.200	-	-	200.730	243.930	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	**216.477.113**	**39.494.134**	**47.785.269**	**2.995.451**	**306.751.967**	**253.433.045**	**39.499.242**	**44.897.788**	**318.015.034**	
Patrimônio Social	90.694.448	12.353.125	21.824.737	1.594.826	126.469.316	90.694.448	12.353.125	21.475.114	1.946.629	126.469.316
Ajuste de Avaliação Patrimonial Imóveis	129.214.523	35.940.782	23.731.708	-	188.887.013	130.703.970	36.549.806	27.775.014	-	195.028.790
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis	16.365	119.653	496.795	25.902	658.705	37.528	208.125	638.528	31.478	1.453.512
Ajustes de Avaliação Patrimonial Imobilizado	-	-	-	-	-	(292.992)	-	-	(211.237)	(504.229)
Resultado Exercícios Anteriores	(11.072)	(15.308)	759	(4.711)	(30.332)	(17.045)	(1.906)	8.104	(1.904)	(12.750)
Déficit do Período	(3.437.151)	(8.906.318)	(268.700)	(1.619.247)	(11.232.735)	(7.561.761)	(9.385.294)	(9.240.624)	(1.816.696)	(13.003.375)
Total do Passivo	**229.270.134**	**41.937.207**	**53.975.245**	**4.904.596**	**330.169.182**	**253.940.902**	**42.228.588**	**55.327.372**	**6.553.140**	**340.050.002**
Contas Extra Patrimonais	**19.325.742**	**12.315.928**	-	-	**31.641.670**	**19.005.092**	**11.490.348**	-	-	**30.495.440**
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 10%	1.872.754	-	-	-	1.872.754	2.515.847	-	-	-	2.515.847
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - 50%	923.585	-	-	-	923.585	1.164.305	-	-	-	1.164.305
Bolsa Lei 12101/09 - Tempo Integral 100%	11.054.114	-	-	-	11.054.114	10.155.501	-	-	-	10.155.501
Bolsa Convenção Coletiva	5.349.571	-	-	-	5.349.571	5.045.899	-	-	-	5.045.899
Apoio Alunos Bolsista-Benefícios Complem.	125.718	-	-	-	125.718	123.539	-	-	-	123.539
Gratuidades de Assistência Social	12.315.928	-	-	-	12.315.928	-	11.490.348	-	-

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM - CNPJ.: 61.000.683/0001-71

(terceiro) ano do ensino. **Meta 6 - Oferecer Educação em Tempo Integral em, no Mínimo, 50% (Cinquenta por Cento) das Escolas Públicas, de Forma a atender pelo menos, 25% (Vinte e Cinco por Cento) dessas(os) Estudantes da Educação Básica:** Em atendimento a esta meta a Associação disponibiliza em todos os seus colégios educação em tempo integral para crianças e adolescentes matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental. O ensino médio tem carga horaria de 1200 horas para atender ao fomento de que a educação seja oferecida em período ampliado, com vistas ao fomento da preparação para os vestibulares. **Meta 7 - Fomentar a Qualidade da Educação Básica em todas as Etapas e Modalidades, com Melhoria do Fluxo Escolar e da Aprendizagem, de Modo a Atingir as Seguintes Médias Nacionais para o IDEB: 6,0 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 No Anos Finais do Ensino Fundamental; 5,2 no Ensino Médio:** A Associação por meio de seus colégios faz a verificação do rendimento escolar através da apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento. A avaliação do desempenho do aluno não diferencia especificamente os níveis de atuações, com função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica, contínua e cumulativa com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, tendo por objetivo: 1. Diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades; 2. Classificar ao final de um período letivo, o aproveitamento do aluno, o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades; 4. Possibilitar o controle de avaliações de aprendizagem e de frequência, de forma ágil e eficaz a serviço da pedagógica; 5. Avaliar o trabalho docente; 6. Fornecer dados que permitam ao estabelecimento a análise crítica de seus objetivos e o embasamento do replanejamento; 7. Possibilitar ao aluno a oportunidade de ter consciência do seu aprendizado. A avaliação do aproveitamento, operacionalizada na proposta pedagógica e no plano escolar, deve incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes experiências de aprendizagem, levando em consideração os objetivos e aplicados a todos os componentes curriculares, independente do tratamento metodológico. Os instrumentos de verificação e registro de avaliação do aproveitamento são expressamos numa escala de zero a dez, graduada de cinco em cinco décimos, desprezando-se os decimais. A professora de cada disciplina, área de estudos ou atividade, entrega à secretaria, em datas previamente fixadas pela direção, a nota e a frequência do aluno obtidas em cada bimestre letivo. A média bimestral é decorrente da média aritmética ponderada das diversas notas que tenham diferentes a) Nota da avaliação dissertativa, valendo peso 5. b) Nota da avaliação objetiva, valendo peso 3 c) Nota da avaliação de formação, valendo peso 2. A nota da avaliação cultada pelo centro de processamento de dados, é expressa numa escala de zero a dez, graduada de um em um décimo, desprezando-se centésimos. Temas as áreas de Educação Física, Ensino Religioso, Prática de laboratórios (Ciências, Química, Interativa, Línguas Estrangeiras, Robótica Artes) tem metodologia específica e critérios próprios por meio de registros de observação dos professores e alunos, trabalhos e apresentações. A promoção do aluno será em função de frequência ao aulas e do aproveitamento apresentado durante o ano letivo e após a recuperação final, quando for o caso. Considere-se promovido o aluno que obtiver: a) Média anual igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares; b) Frequência igual ou superior a 75% das aulas dadas em cada componente curricular, independente do tratamento metodológico. c) Considere-se retido seu aluno que obtiver: a) Média anual inferior a 6,0 (seis) em Média anual inferior a 6,0 (seis) em mais de quatro disciplinas nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental e mais de cinco disciplinas nos seus últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. b. Frequência inferior a 75% do total das aulas dadas em qualquer componente curricular, independente do tratamento metodológico. **Meta 8 - Elevar a Escolaridade Média da População de 18 (Dezoito) a 29 (Vinte e Nove) Anos, de Modo a Alcançar, no Mínimo, 12 (Doze) Anos de Estudo no Último Ano de Vigência deste Plano, para as Populações do Campo, da Região de Menor Escolaridade no País e dos 25% (Vinte e Cinco por Cento) Mais Pobres, e Igualar a Escolaridade Média entre Negros e não Negros Declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):** A Associação atende esta meta, quando oportuniza Ensino Médio no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. Todos os alunos não alcançam 12 anos de estudo na Associação. **Meta 9 - Elevar a Taxa de Alfabetização da População com 15 (Quinze) Anos ou Mais para 93,5% (Noventa e Três Inteiros e Cinco Décimos por Cento) Até 2015 e, Até o Final da Vigência deste PNE, Erradicar a Analfabetismo Absoluto e Reduzir em 50% (Cinquenta por Cento) a Taxa de Analfabetismo Funcional:** A Associação não tem como alvo a alfabetização de jovens e adultos, mas oferece Ensino Médio Noturno no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. **Meta 10 - Oferecer, no Mínimo, 25% (Vinte e Cinco por Cento) das Matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na Modalidade Integrada à Educação Profissional:** A Associação não tem como alvo a alfabetização de jovens e adultos, mas oferece Ensino Médio Noturno no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. **Meta 11 - Triplicar as Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Assegurando a Qualidade da Oferta e Pelo Menos Metade da Expansão no Período no Segmento Público:** A Associação atua na educação profissional técnica no Colégio São Vicente de Paulo - Penha. **Meta 12 - Elevar a Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior para 50% (Cinquenta por Cento) e a Taxa Líquida para 33% (Trinta e Três por Cento) da População de 18 (Dezoito) a 24 (Vinte e Quatro) Anos, Assegurada a Qualidade da Oferta e Expansão Pelo Menos Metade, 40% (Quarenta por Cento) das Novas Matrículas, no Segmento Público:** A Associação atua no segmento da educação superior. O Instituto Superior de Educação São Vicentinos vestibulares é satisfatório, para os alunos que concorrem a vagas nas universidades, após o término do ensino médio. Nos últimos anos, o Instituto Superior de Educação tem dado oportunizas ensino de qualidade para os que buscam o ingresso em universidades públicas. **Meta 13 - Melhorar a Qualidade da Educação Superior, Expandir a Oferta de Mestres e Doutores de Corpo Docente em Efetivo Exercício no Conjunto do Sistema de Educação Superior para 75% (Setenta e Cinco por Cento), Sendo, no Mesmo Período, Assegurado Um Mínimo de 35% (Trinta e Cinco por Cento) Doutores:** Esta meta no segmento da educação superior. **Meta 14 - Elevar Gradativamente o Número de Matrículas na Pós-Graduação STRICTO SENSU, de Modo a Atingir a Titulação Anual de 60.000 (Sessenta Mil) Mestres e 25.000 (Vinte e Cinco Mil) Doutores:** A **Profissionais da Educação Básica Formação Inicial e Continuada, Para os Fins do Inciso IV, em Regime de Colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no Prazo de 1 (Um) Ano de Vigência do Plano Nacional de Educação. Formação dos Profissionais da Educação de que Tratam os Incisos I, II e III do Caputdo Art. 61 da Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Assegurando que todos os Professores e os Profissionais da Educação Básica Possuam Formação Específica de Nível Superior, Obtida em Curso de Licenciatura na Área de Conhecimento em que Atuem:** Todos os profissionais da Associação possuem formação específica de nível superior, nas áreas de conhecimento em que atuam. **Meta 16 - Formar, em Nível de Pós-Graduação, 50% (Cinquenta por Cento) dos Professores da Educação Básica, Até o Último Ano da Vigência deste PNE, e Garantir a todos(as) os(as) Profissionais da Educação Básica Formação Continuada em sua Área de Atuação, Considerando as Necessidades, Demandas e Contextualizações dos Sistemas de Ensino:** Com a preocupação de ter em seu corpo docente profissionais que tenham uma boa formação e a formação continuada de seus alunos, a Associação tem se mostrado rigida no processo de contratar professores com formação superior e pós-graduados, mestres e doutores, ampliando horizontes para atualizações, através de cursos de atualização contínua são essativamente oferecidos, contando com temas de interesse de seus professores e funcionários. Os professores são incentivados a cursarem mais aprovado pelas Delegacias de Ensino. **Meta 17 - Valorizar os(as) Profissionais do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica de Forma a Reduzir a Diferença Rendimento Médio ao(as) Demais Profissionais com Escolaridade Equivalente, até o Final do Sexto Ano de Vigência deste PNE.** A Associação pertence à rede privada de ensino, mas valoriza seus profissionais com a Bolsa Remuneração de 100% por meio de salários que são atrativos para a classe. b) Reconhecimento do trabalho pedagógico e valorização social e econômica da profissão docente. **Meta 18 - Assegurar, no Prazo de 2 (Dois) Anos, a Existência de Planos de Carreira para os(as) Profissionais da Educação Básica e Superior Pública de Todos os Sistemas de Ensino e, para o Plano de Carreira do(as) Profissionais da Educação Básica Pública, Tomar como Referência o Piso Salarial Nacional Profissional, Definido em Lei Federal, nos Termos do Inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal:** A Associação pertence à rede privada de ensino. **Meta 19 - Assegurar Condições, no Prazo de 2 (Dois) Anos, para a Efetivação da Gestão Democrática da Educação,** Associada a Critérios Técnicos de Mérito e Desempenho e à Consulta Pública à Comunidade Escolar, no Âmbito das Redes Públicas, Prevendo Recursos e Apoio Técnico de União para tanto. A Associação tem o princípio de gestão de ensino, mantém: • Equipes de apoio pedagógico e educacional com pedagogos capacitados a fim de dar suporte ao educador. Os pedagogos são responsáveis pelo apoio aos professores para que possam criar junto aos alunos uma relação de vínculo que facilite o seu trabalho com as turmas nas quais leciona. • Subsidiar a sua prática pedagógica com um conjunto de materiais didáticos e de apoio como ferramentas e tecnologia para melhorar a aprendizagem dos alunos. • Criar ambientes de aprendizagem que tornem a escola um lugar onde seja bem-sucedida. • O professor é chamado a ter clareza de sua missão enquanto dono dos saberes, e se capaz de tornar o processo de ensino da escola, um professor formador, não somente um transmissor de conteúdo. Os educadores que entendem o seu trabalho como missão, conseguem transportar tais barreiras e redescobrir a sua vocação. • Ter um ambiente que seja de fato acolhedor. Promover ambiente seguro e acolhedor para o professor é uma das metas mais importantes nesse processo, pois contribui para que o professor tenha disposição para ensinar e consiga aprender junto com os alunos. A respeitabilidade deve ser um fator trabalhado com os alunos para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra. **Meta 20 - Ampliar o Investimento Público em Educação Pública de Forma a Atingir, no Mínimo, o Patamar de 7% (Sete por Cento) do Produto Interno Bruto do País no 5º (Quinto) Ano de Vigência desta Lei e, no Mínimo, o Equivalente a 10% (Dez por Cento) do PIB ao Final do Decênio:** A Associação pertence à rede privada de ensino. **Nota 25 - Demonstrativo da Composição de Bolsas Concedidas:** Por ocasião da elaboração do Plano de Ação da Lei 12.101/09 (Educação Básica), alterado pela Lei 12.868/2013 a instituição concedeu bolsas integral para cada 3 alunos pagantes.

Educação Básica	2019	2018
Alunos Pagantes	1.365	1.365
Alunos Pagantes	3.170	3.380
Bolsas de Estudo Integrais (relação 1X5)	634	676
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (100%)	87	122
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (50%)	89	122
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (25%)	295	287
Bolsas Lei 12.101/09 - Tempo Integral 100%	938	953
Alunos pagantes - Convênio Secretaria Municipal de Educação	216	219
Total	7.194	7.324

Nota 26 - Demonstrativo da Composição de Gratuidade sobre Receita - Educação Básica

Educação Básica	2019	2018
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (100%)	1.872.754	2.515.847
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - (50%)	933.381	1.164.395
Bolsas de Estudo Lei 12.101/09 - Tempo Integral 100%	11.054.121	10.115.501
Total de Bolsa de Estudo - Lei 12.101/09	**13.850.453**	**13.835.653**
Bolsas de Estudo Convênios Complementares	125.178	123.539
Total de Apoio a Alunos Bolsista	**125.718**	**123.539**
Gratuidade de Assistência Social	12.315.528	11.490.348
Total de Gratuidades de Assistência Social	**12.315.528**	**11.490.348**

Nota 27 - Demonstrativo de Aplicação em Gratuidade - Educação Básica

Por ocasião da elaboração, avaliação e controle das demonstrações contábeis, a administração e responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relevantes relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou nela cessar suas operações, ou não tenha alternativa realística para evitar a cessação das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nosso objetivos são obter seguridade razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de seguridade, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da perspectiva de um razoável conhecedor dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Nós também: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a acontecimentos ou a condições que possam levar a dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões baseiam-se nas evidências obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 21 de fevereiro de 2020.

AUDISA

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador
CRC RS "5" - SP-058252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

AUDISA Auditores Associados
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Incopisos Indústria e Comércio de Pisos Ltda.

CNPJ/MF nº 55.254.825/0001-24

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores Expressos Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Nota	2019	2018
Ativo Circulante		**260.078**	**229.080**
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	99.884	90.568
Contas a Receber de Clientes	7	85.574	94.493
Estoques	8	66.167	36.674
Tributos a Recuperar	9	8.757	6.953
Outras Contas a Receber		296	393
Ativo Não Circulante		**196.615**	**205.429**
Realizável a Longo Prazo		**9.658**	**7.461**
Tributos a Recuperar	9	6.161	6.323
Depósitos Judiciais	11	3.497	1.139
Investimentos		68	68
Propriedades Para Investimento		91	91
Imobilizado	13	186.678	197.691
Intangível	14	120	117
Total do Ativo		**457.292**	**434.509**

Passivo	Nota	2019	2018
Passivo Circulante		**33.789**	**34.593**
Empréstimos e Financiamentos		15	1.220
Fornecedores	16	14.431	14.526
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	6.691	6.436
Obrigações a Pagar	20	5.150	5.493
Obrigações Fiscais e Tributárias	17	6.613	6.631
Valores a Pagar Parte Relacionadas	10	482	77
Outros Valores a Pagar		422	169
Passivo Não Circulante		**97.406**	**74.269**
Tributos Diferidos	12	48.113	47.865
Lucros e JSCP a Pagar		47.406	26.406
Patrimônio Líquido		**129.308**	**108.822**
Patrimônio Líquido		**327.984**	**325.687**
Capital Social	21	300	300
Reservas de Lucros		253.795	247.449
Ajustes de Avaliação Patrimonial		73.889	77.737
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**457.292**	**434.509**

Demonstração do Resultado

	Nota	2019	2018
Receita Líquida de Vendas	22	232.219	321.144
Custo dos Produtos Vendidos		(158.920)	(158.085)
Lucro Bruto		**73.299**	**63.059**
Despesas com Vendas		(21.189)	(19.646)
Despesas Gerais e Administrativas		(4.985)	(5.420)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(1.795)	(1.913)
		(27.969)	**(26.979)**
Lucro operacional		**45.301**	**36.081**
Receitas Financeiras		5.422	5.253
Despesas Financeiras		(1.024)	(1.025)
Variação Cambial Líquida		199	1.127
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas	23	**4.597**	**5.355**
Lucro antes do Imposto de Renda e da CS		**49.948**	**41.432**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(11.948)	(8.365)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	(250)	(160)
Lucro Líquido do Exercício		**37.751**	**32.888**

Demonstrações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2018	**300**	**247.449**	**81.482**	**327.631**
Lucro (Prejuízo) do Período		32.888		32.888
Lucros Distribuídos		(19.488)	-	(19.488)
Juros Sobre Capital Próprio(JCP)		(15.230)		(15.230)
Realização do AAP (Líquido dos Tributos Diferidos)			(3.744)	
Em 31 de dezembro de 2018	**300**	**247.449**	**77.738**	**325.687**
Lucro (Prejuízo) do Período	-	37.751		37.751
Lucros Distribuídos		(21.401)		(21.401)
Juros Sobre Capital Próprio(JCP)	-	(14.052)	-	(14.052)
Realização do AAP (Líquido dos Tributos Diferidos)		4.048	(4.048)	
Em 31 de dezembro de 2019	**300**	**253.795**	**73.690**	**327.984**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**49.948**	**41.432**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		
Ajustes do Lucro (prejuízo) Líquido		
Provisão para Contingências	-	(53)
Provisão para Liquidação Duvidosa	71	79
Provisão Comissões a Pagar	(362)	752
Depreciação e Amortização	12.478	10.974
Juros Incorridos	21	154
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	12	310
Lucro (prejuízo) Líquido Ajustado	**62.168**	**53.649**
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	8.848	(14.542)
Estoques	(29.494)	15.114
Tributos a Recuperar	(1.768)	3.535
Outras Contas a Receber	98	84
Outras Contas a Receber - Partes Relacionadas	-	4
Depósitos Judiciais	(2.358)	(847)
Fornecedores	203	2.737
Contas a Pagar Partes Relacionadas	405	(749)
Tributos a Pagar	(1.650)	689
Obrigações Sociais e Trabalhistas	255	(150)
Comissões a Pagar	119	742
Outros Valores à Pagar	(45)	(661)
Caixa gerado nas operações	**36.680**	**59.603**
Juros Pagos	(190.190)	(189.189)
Juros Pagos	(24)	(163)
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**26.466**	**49.251**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado e Intangível	(1.516)	(4.669)
Recebimento pela alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	36	1.738
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(1.480)**	**(2.932)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Liquidados	(1.218)	(2.950)
Lucros Distribuídos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(14.453)	(22.859)
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento	**(15.671)**	**(25.808)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**9.316**	**20.511**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	90.568	70.057
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	99.884	90.568

Demonstração do Resultado Abrangente

	2019	2018
Diferenças Temporárias Positivas	**(38.469)**	**(40.552)**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.032	1.011
Reversão IFRC 23 Ajuste de Avaliação de Imobilizado	(0)	(38)
Variações Cambiais pelo Regime de Caixa	(44)	(3)
Diferença de Taxa de Depreciação (Sociletria versus Fiscal)	(12.520)	(10.267)
	(50.001)	**(49.850)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(48.113)**	**(47.863)**
O impacto dos tributos diferidos no resultado ocorreu da seguinte forma:		
Depreciação Sociletria	(2.248)	(2.739)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.038	1.775
Provisão Variação Cambial Exterior	38	31
Provisão para Comissão	(123)	256
Provisão Liquidação Duvidosa	24	27
Provisão Contingência Trabalhista	-	(18)
Provisão Contingência	-	(3)
Diferido sobre Alienação	16	515
Variação Cambial	(41)	(4)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	**(250)**	**(160)**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 – Em milhares de reais.

1. Contexto operacional: A Companhia Incopisos Indústria e Comércio de Pisos Ltda, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 55.254.825/0001-24, uma sociedade empresária limitada com sede na cidade de Santa Gertrudes, estado de São Paulo, e tem por atividade preponderante a produção e comercialização de produtos cerâmicos. A sociedade tem como principal objetivo a fabricação de pisos e revestimentos cerâmicos, beneficiamento e comércio atacadista de argila, exportação, importação, revenda e transporte. As atividades liberadas são desenvolvidas no estabelecimento filial da empresa, localizado juntamente com o estabelecimento matriz. A emissão desses balanços financeiros foi autorizada pela administração da Empresa, em 25 de março de 2020. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **2.2. Base para preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base no valor ativos financeiros disponíveis para venda como o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas, e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como, aquelas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 4. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em Reais (R$), moeda do principal ambiente econômico qual a empresa atua ("a moeda funcional"). **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "ganho cambial líquido" (Nota 23 – Receitas (despesas) financeiras). **3. Resumo das principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, com insignificante risco de mudança de valor justo. **3.2. Ativo financeiro: 3.2.1. Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis; mantidos para negociação e disponíveis ao valor justo quando existentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". **3.2.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.2.3. Impairment de ativos financeiros: a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda", e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de perda, no montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados a taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no montante inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.4. Estoques:** O custo do produto acabado é mensurado levando em consideração todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos, em conformidade com as previsões da NBC TG 16 - Estoques. No custo de aquisição foram incluídos o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis a aquisição. Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção. Também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que foram incorridos para transformar os materiais em produtos acabados. **3.5. Imobilizado:** Foram registrados ao bimestrado pelo seu custo histórico, deduzindo depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no contraprartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. (Nota 13). O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado. Ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidas" na determinação do resultado. São divulgados os valores contábeis dos ativos cuja titularidade é restrita, como ativos imobilizados formalmente ou em sua essência, são concedidos em garantia de obrigações e também os adquiridos via FINAME, conforme nota 24 da CPC 27 – Ativo Imobilizado. Os gastos com reparo e manutenção (*deemed cost*) do imobilizado, em conformidade com as normas NBC TG 37 e NBC TG 27 – Ativo imobilizado, bem como, o ITG 10 – Interpretação sobre Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, foi baseado em avaliação efetuada por avaliadores independentes. Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado para refletir da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. **3.6. Ativos Intangíveis:** Os Ativos intangíveis são registrados separadamente dos mensurados acima quando no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. **3.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados no nível mais baixo para os quais existem fluxos de caixa identificáveis, que possam ser, de forma independente, substancialmente, a partir de outros ativos, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão da perda no período da apresentação do balanço. **3.8. Propriedade para Investimento:** Propriedades para investimento permanecem mensuradas ao custo de aquisição, incluindo custos de transação. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento seja permanentemente retirada de uso e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São registradas pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações e, quando cabível, acrescidos das variações monetárias ou cambiais. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado; qualquer diferença entre os recursos efetivos *(pro rata temporis)*. Gan

Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial - CNPJ nº 09.191.336/0001-53

Balanços patrimoniais

AliveXRiv circuitos	Notas	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	114.396	119.256
Contas a receber	6	20.613	19.634
Despesas antecipadas		3.029	3.207
Impostos a recuperar		2.678	1.067
Adiantamentos a fornecedores	8	18.756	46.795
Outras contas a receber		340	340
Ativo não circulante		3.650.045	3.669.054
Depósitos judiciais	7	7.144	7.144
Ativos fiscais diferidos	9	251.136	247.910
		258.281	255.054
Imobilizado	10	11.171	9.038
Intangível	11	3.350.793	3.404.332
		3.361.964	3.413.370
Total do ativo		3.812.009	3.882.424

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em 28/08/97, com a razão social DEFRS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. Em 19/11/10, a DEFRS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. por meio da ata da Assembleia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20/01/11, por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária, o seu objeto social. Em 20/01/11, como a razão social para Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel. A Concessionária SPMAR é uma Companhia do Grupo Heber que tem como objeto social a exploração, por delegação, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel "Mário Covas". A Companhia é responsável pela administração do Trecho Sul e da construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo, e por explorar o Rodoanel - "Mário Covas" foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011. Em 10/02/11, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, celebrado entre a delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R$ 396,300, em 25/02/11, a Companhia arcou com o pagamento da a arrecadação de pedágio, sendo facultada à controlante, DER-SP, desoneração essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de se beneficiar de receitas acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições contábeis no edital. **Trechos da concessão: Rodoanel - Trecho Sul:** São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Avenida Papa João XXIII, em Mauá - SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste - interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII. **Rodoanel - Trecho Leste:** O Trecho Leste possui cerca de 44 km e se inicia no entrevero com o Trecho Sul, desde sua ligação com a Avenida Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá. **Bens reversíveis:** Extrema concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens no investimento, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. A Companhia realizou a integralização de capital de R$ 1.445.031. **1.1. Pedido de Recuperação Judicial:** O Grupo Heber protocolou em 15/08/2017, pedido de Recuperação Judicial à Justiça do Estado de São Paulo envolvendo as empresas Heber Participações S.A., Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Company Participações S.A., Company Agropecuária S.A., Doeria Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SP Mar S.A., Companhia Construções e Comércio Ltda. e Arquipa de Ou Gestão Empresarial S.A. Homologação do pedido de Recuperação Judicial promulgado pelo juiz oconres em 24/08/17. O plano de Recuperação Judicial foi protocolado em 27/10/18 mês e retificado em 10/02/19. O plano em discussão teve sua aprovação em 19/06/19 e homologado pela Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 10/10/19. Assim, todos os créditos foram novados pelo PRJ e seus respectivos anexos, nos termos do artigo nº 59 da Lei nº 11.101/2005. Mediante novação, o estão expressos de forma diversa no PRJ, todas as obrigações, covenants, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que seiam incompatíveis com o PRJ e anexos descritos no ato aplicável. Para avaliar a capacidade e dos prazos de pagamento da dívida, os credores foram segregados em classes segundas valores, atualizados conforme quadro abaixo, com base na litigagem do Administrador Judicial disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico no dia 10/10/2018:

		Valores sujeitos ao plano de reaj.			
Classe	Descrição	Qtd. AGC	Desp. Jud.	Valor Original	Valor Atualizado (a)
Classe I	Credores Trabalhistas	1.284	1.284	482	482
Classe III	Intercompany	11.544	-	11.544	12.371
Classe III	Credores Quirografários	21.498	-	21.498	29.402
Classe IV	Credores ME/EPP	2.582	-	2.582	2.882
		36.908	1.284	36.106	45.137

(a) Valor atualizado até o fim do prazo para o pagamento da Recuperação Judicial. A Administração da Companhia calculou o WACC (Weighted Average Cost of Capital) - custo médio ponderado de capital - em 12,81% a.a Desta forma, o valor presente dos pagamentos em 31/12/19 é de R$29.032. Esta incatidiu é o melhor cenário para que a Companhia honre pelo integralidade de seus ativos e possa recorgacar cerca de R$ 7bilhões de dívidas. As dificuldades do Grupo Heber começaram em 2017 com o aprisionamento de seus executivos que vem ascendendo o Peão, em especial no setor de infraestrutura, com redução expressiva de novos projetos e custo mais elevado para mitigar de dívidas. Além disso, foram efetuados pesados investimentos para a construção do Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas. Tal obra Paulo (troue vários interfeirações e suspensões imprevistas que não constavam no projeto Executivo e a operação do Trecho Sul e Leste deste importante anel rodoviário (com menos pragas de pedágio do que as estabelecidas no contrato de concessão), ocasionou são custos maiores do que o previsto. O Grupo Heber contou com a assessoria jurídica do escritório Thomaz Bastos, Waisberg e Kurzwel Advogados, e com assessoria financeira da Galeazzi & Associados. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As presentes demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas IFRS, emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia, em 04/03/20. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diverge desas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas presentes Demonstrações contábeis **• Nota nº 10** - Imobilizado **• Nota nº 11** - Intangível; **• Nota nº 9** - Ativos e passivos fiscais diferidos; **• Nota nº 12** - Provisão para contingência; **• Nota nº 16** - Provisão para contingência. **3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis foram adotadas na elaboração das demonstrações contábeis, conforme descritas a seguir: **Principais políticas contábeis adotadas: a. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Companhia passa a ser parte quanto forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se apropriado, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros são reconhecidos e subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados na data da aquisição, sendo facultada à controlante, DER-SP, desoneração essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de se beneficiar de receitas acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições contábeis no edital. **Trechos da concessão: Rodoanel - Trecho Sul:** São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Avenida Papa João XXIII, em Mauá - SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste - interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII. **Rodoanel - Trecho Leste:** O Trecho Leste possui cerca de 44 km e se inicia no entrevero com o Trecho Sul, desde sua ligação com a Avenida Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá. **Bens reversíveis:** Extrema concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens no investimento, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. A Companhia realizou a integralização de capital de R$ 1.445.031. **1.1. Pedido de Recuperação Judicial:** O Grupo Heber protocolou em 15/08/2017, pedido de Recuperação Judicial à Justiça do Estado de São Paulo envolvendo as empresas Heber Participações S.A., Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Company Participações S.A., Company Agropecuária S.A., Doeria Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SP Mar S.A., Companhia Construções e Comércio Ltda. e Arquipa de Ou Gestão Empresarial S.A. Homologação do pedido de Recuperação Judicial promulgado pelo juiz oconres em 24/08/17. O plano de Recuperação Judicial foi protocolado em 27/10/18 mês e retificado em 10/02/19. O plano em discussão teve sua aprovação em 19/06/19 e homologado pela Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 10/10/19. Assim, todos os créditos foram novados pelo PRJ e seus respectivos anexos, nos termos do artigo nº 59 da Lei nº 11.101/2005. Mediante novação, o estão expressos de forma diversa no PRJ, todas as obrigações, covenants, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que seiam incompatíveis com o PRJ e anexos descritos no ato aplicável. Para avaliar a capacidade e dos prazos de pagamento da dívida, os credores foram segregados em classes segundas valores, atualizados conforme quadro abaixo, com base na litigagem do Administrador Judicial disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico no dia 10/10/2018:

		Valores sujeitos ao plano de reaj.			
Classe	Descrição	Qtd. AGC	Desp. Jud.	Valor Original	Valor Atualizado (a)
Classe I	Credores Trabalhistas	1.284	1.284	482	482
Classe III	Intercompany	11.544	-	11.544	12.371
Classe III	Credores Quirografários	21.498	-	21.498	29.402
Classe IV	Credores ME/EPP	2.582	-	2.582	2.882
		36.908	1.284	36.106	45.137

(a) Valor atualizado até o fim do prazo para o pagamento da Recuperação Judicial. A Administração da Companhia calculou o WACC (Weighted Average Cost of Capital) - custo médio ponderado de capital - em 12,81% a.a Desta forma, o valor presente dos pagamentos em 31/12/19 é de R$29.032. Esta incatidiu é o melhor cenário para que a Companhia honre pelo integralidade de seus ativos e possa recorgacar cerca de R$ 7bilhões de dívidas. As dificuldades do Grupo Heber começaram em 2017 com o aprisionamento de seus executivos que vem ascendendo o Peão, em especial no setor de infraestrutura, com redução expressiva de novos projetos e custo mais elevado para mitigar de dívidas. Além disso, foram efetuados pesados investimentos para a construção do Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas. Tal obra Paulo (troue vários interfeirações e suspensões imprevistas que não constavam no projeto Executivo e a operação do Trecho Sul e Leste deste importante anel rodoviário (com menos pragas de pedágio do que as estabelecidas no contrato de concessão), ocasionou são custos maiores do que o previsto. O Grupo Heber contou com a assessoria jurídica do escritório Thomaz Bastos, Waisberg e Kurzwel Advogados, e com assessoria financeira da Galeazzi & Associados. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As presentes demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas IFRS, emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia, em 04/03/20. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diverge desas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em

VOLTALIA AREIA BRANCA I PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 18.396.585/0001-54

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Balanço patrimonial *(Em milhares de reais)*

Ativo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante	8.350	12.101	44.915	45.300
Caixa e equivalente de caixa	2.465	549	26.009	18.679
Contas a receber	–	–	16.167	23.808
Despesas antecipadas	–	–	493	788
Adiantamentos a fornecedores	124	123	318	304
Impostos a recuperar	1.361	1.113	1.880	1.626
Dividendos - Partes relacionadas	4.399	10.315	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	1	5	–	–
Outros ativos	–	–	48	95
Não circulante	**194.686**	**242.381**	**422.956**	**492.685**
Títulos e valores mobiliários	–	–	16.288	73.890
Contas a receber de longo prazo	–	–	6.626	6.406
Partes relacionadas - Mútuos	51.012	47.839	51.012	47.839
Investimentos	143.674	194.562	–	–
Imobilizado	–	–	343.511	358.640
Intangível	–	–	5.519	5.930
Total do ativo	**203.036**	**254.482**	**467.871**	**537.985**

Passivo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante	**11.010**	**10.476**	**43.324**	**48.576**
Fornecedores	–	5	16.449	8.965
Empréstimos e financiamentos	–	–	22.880	22.759
Obrigações fiscais e trabalhistas	1.124	1.048	4.301	6.155
Contas a pagar - Partes relacionadas	9	8	28	1.087
Dividendos - Partes relacionadas	9.872	9.404	9.872	9.404
Penalidades contratuais	–	–	1.309	–
Passivo de arrendamentos	–	–	185	–
Outros passivos	–	–	2	262
Não circulante	**791**	**791**	**223.472**	**246.190**
Empréstimos e financiamentos	–	–	222.721	242.922
Penalidades contratuais	–	–	1.542	996
Provisões fiscais	791	791	1.209	2.273
Passivo de arrendamentos	–	–	6.815	–
Total do passivo	**11.801**	**11.267**	**266.796**	**294.766**
Patrimônio líquido	**191.235**	**243.215**	**191.235**	**243.219**
Capital social	158.417	158.417	158.417	158.417
Reserva de lucros	26.456	79.233	26.456	79.233
Reserva legal	6.362	5.569	6.362	5.569
Total do passivo e patrimônio líquido	**203.036**	**254.486**	**467.871**	**537.985**

Demonstração do resultado *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional, líquida	–	–	69.334	108.435
Custos operacionais	–	–	(30.616)	(33.452)
Resultado bruto	–	–	**38.718**	**66.983**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(64)	(109)	(2.257)	(2.691)
Outras receitas (despesas)	–	–	–	40
Resultado de equivalência patrimonial	13.617	37.589	–	–
Lucro operacional	**13.553**	**37.480**	**36.461**	**64.332**
Resultado financeiro	(18)	(18)	(34.673)	(34.343)
Receitas financeiras	3.401	3.146	8.609	7.571
Resultado financeiro	**3.383**	**3.128**	**(15.664)**	**(18.776)**
Resultado antes do IR e CS	**16.936**	**40.608**	**20.797**	**45.556**
IR e CS	(1.099)	(1.019)	(3.160)	(5.959)
Lucro líquido do exercício	**15.837**	**39.597**	**17.637**	**39.597**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de Lucros – Reserva legal	Reservas de Lucros – Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**158.417**	**3.591**	**51.019**	**54.610**	**– 213.027**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	– 39.597	39.597
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal	–	1.978	–	1.978	(1.978) –
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	– (9.405)	(9.405)
Lucros retidos a deliberar	–	–	28.214	28.214	(28.214) –
Saldos em 31/12/2018	**158.417**	**5.569**	**79.233**	**84.802**	**– 243.219**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	– 15.837	15.837
Outras movimentações	–	–	–	– 1.364	1.364
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal	–	793	–	793	(793) –
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	– (4.100)	(4.100)
Dividendo adicional	–	–	(65.085)	(65.085)	– (65.085)
Lucros retidos a deliberar	–	–	12.308	12.308	(12.308) –
Saldos em 31/12/2019	**158.417**	**6.362**	**26.456**	**22.818**	**– 191.235**

Demonstração dos fluxos de caixa *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	16.936	40.616	20.797	45.556
Ajustes por: Rendimento de aplicações financeiras	–	–	(3.571)	(3.506)
Resultado financeiro - provisão de juros	(3.194)	(3.208)	(21.330)	22.045
Resultado em equivalência patrimonial	(13.617)	(37.589)	–	–
Depreciações e amortizações	–	–	17.451	17.530
Penalidades contratuais - provisão	–	–	1.860	354
Ressarcimento - provisão	–	–	(2.213)	3.747
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber	–	–	9.636	(169)
Adiantamentos a fornecedores	(3)	(11)	(14)	138
Despesas antecipadas	–	–	295	(246)
Redução em outros ativos	–	(869)	47	(790)
Impostos a recuperar	(248)	–	(254)	–
Contas a receber - Partes relacionadas	5	110	5	–
Fornecedores	(11)	3	1.449	(3.890)
Obrigações fiscais e trabalhistas	41	842	(587)	1.779
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	8	(1.059)	476
Passivos de arrendamentos	–	–	(443)	–
Outras obrigações	–	37	(269)	137
Recursos provenientes das atividades operacionais	**(89)**	**(41)**	**64.643**	**81.043**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(21.573)	(21.420)
IRR e CS pagos	(1.064)	(912)	(6.370)	(3.994)
Fluxos de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	**(1.153)**	**(953)**	**36.700**	**55.629**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	–	–	61.169	(15.589)
(Aquisições) baixas de imobilizado	–	–	(111)	(764)
(Aquisições) baixas de intangível	–	–	(4)	(18)
Dividendos	71.788	7.920	–	–
Não circulante	**71.788**	**7.920**	**61.054**	**(16.371)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	(21.705)
Financiamentos com partes relacionadas - Mútuo	–	–	–	(21.705)
Dividendos	(68.739)	(9.098)	(68.739)	(9.098)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento	**(68.739)**	**(9.098)**	**(90.424)**	**(32.816)**
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	**1.916**	**(2.130)**	**7.330**	**6.440**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	549	2.679	18.679	12.239
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**1.916**	**(2.130)**	**7.330**	**6.440**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.465	549	26.009	18.679

Olívia Raquel Vieira dos Santos - CRC RJ 118.229/O-4

VOLTALIA AREIA BRANCA II PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 18.394.146/0001-24

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Balanço patrimonial *(Em milhares de reais)*

Ativo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante	**11.259**	**17.090**	**40.974**	**43.521**
Caixa e equivalente de caixa	524	369	17.524	18.135
Contas a receber	–	–	16.168	23.808
Despesas antecipadas	–	–	493	788
Adiantamentos a fornecedores	15	12	192	182
Impostos a recuperar	37	–	519	512
Dividendos - Partes relacionadas	3.628	10.165	–	–
Mútuos - Partes relacionadas	7.044	6.525	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	9	9	–	–
Outros ativos	–	1	49	93
Não circulante	**143.904**	**194.346**	**371.943**	**444.866**
Títulos e valores mobiliários	–	85	16.288	73.890
Contas a receber de longo prazo	–	–	6.625	6.406
Investimentos	143.864	194.261	–	–
Imobilizado	–	–	343.511	358.640
Intangível	–	–	5.519	5.930
Total do ativo	**155.163**	**211.436**	**412.917**	**488.387**

Passivo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante	**11.482**	**16.866**	**36.623**	**48.424**
Fornecedores	7	15	4.644	4.889
Empréstimos e financiamentos	–	–	22.880	22.759
Obrigações fiscais e trabalhistas	12	10	3.178	5.387
Contas a pagar - Partes relacionadas	1	2	29	1.092
Dividendos - Partes relacionadas	4.398	10.315	4.398	10.315
Mútuos - Partes relacionadas	7.064	–	6.524	–
Penalidades contratuais	–	–	1.309	–
Passivo de arrendamentos	–	–	185	–
Outros passivos	–	2	–	262
Não circulante	**–**	**–**	**232.620**	**245.462**
Empréstimos e financiamentos	–	–	222.721	242.922
Penalidades contratuais	–	–	1.542	996
Provisões fiscais	–	–	1.209	1.483
Passivo de arrendamentos	–	–	6.815	–
Total do passivo	**11.491**	**16.874**	**269.243**	**293.886**
Patrimônio líquido	**143.674**	**194.562**	**143.674**	**194.562**
Capital social	107.995	107.995	107.995	107.995
Reserva de lucros	29.319	80.888	29.319	80.888
Reserva legal	6.360	5.679	6.360	5.679
Total do passivo e patrimônio líquido	**155.163**	**211.436**	**412.917**	**488.387**

Demonstração do resultado *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional, líquida	–	–	69.334	100.435
Custos operacionais	–	–	(30.616)	(33.452)
Resultado bruto	–	–	**38.718**	**66.983**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(61)	(56)	(2.195)	(2.584)
Outras receitas (despesas)	–	–	–	40
Resultado de equivalência patrimonial	13.834	37.295	–	–
Lucro operacional	**13.773**	**37.239**	**36.523**	**64.439**
Resultado financeiro	(64)	(607)	(24.053)	(26.139)
Receitas financeiras	448	457	5.208	4.626
Resultado financeiro	**(1.56)**	**(150)**	**(18.847)**	**(21.513)**
Resultado antes do IR e CS	**13.617**	**37.589**	**17.676**	**42.527**
IR e CS	–	–	(4.059)	(4.918)
Lucro líquido do exercício	**13.617**	**37.589**	**13.617**	**37.589**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**107.995**	**3.799**	**34.108**	**37.968**	**– 183.900**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	– 37.589	37.589
Destinação do lucro: constituição de reserva legal	–	1.880	–	(1.880)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	– (8.927)	(8.927)
Lucros retidos a deliberar	–	–	26.782	– 26.782	(26.782) –
Saldos em 31/12/2018	**107.995**	**5.679**	**80.888**	**86.562**	**– 194.562**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	– 13.617	13.617
Outras movimentações	–	–	–	– 1.364	1.364
Destinação do lucro: Constituição de reserva legal	–	681	–	(681)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	– (3.574)	(3.574)
Dividendo adicional	–	–	(62.295)	(62.295)	– (62.295)
Lucros retidos a deliberar	–	–	10.726	– 10.726	(10.726) –
Saldos em 31/12/2019	**107.995**	**6.360**	**29.319**	**35.679**	**– 143.674**

Demonstração do fluxo de caixa *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	13.617	37.589	17.676	42.527
Ajustes por: Rendimento de aplicações financeiras	(4)	(17)	(3.571)	(3.489)
Resultado financeiro - provisão de juros	8	8	24.524	25.253
Resultado em equivalência patrimonial	(13.834)	(37.295)	–	–
Depreciações e amortizações	–	–	17.448	17.530
Penalidades contratuais - provisão	–	–	1.860	354
Ressarcimento - provisão	–	–	(2.213)	3.747
Variação nos ativos e passivos: Contas a receber	–	–	9.636	842
Adiantamentos a fornecedores	(3)	(11)	(19)	189
Despesas antecipadas	–	–	(9)	(245)
Redução em outros ativos	31	(6)	668	80
Impostos a recuperar	(37)	–	(322)	–
Contas a receber - Partes relacionadas	(1)	(8)	(1)	–
Fornecedores	(8)	8	1.443	(3.891)
Obrigações fiscais e trabalhistas	–	(7)	(645)	2.096
Penalidades contratuais	–	–	–	(1.241)
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	(113)	(1.063)	366
Passivos de arrendamentos	–	–	(463)	–
Outras obrigações	–	(2)	(236)	54
Recursos provenientes das atividades operacionais	**(227)**	**(354)**	**64.733**	**84.212**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(21.573)	(21.420)
IR e CS pagos	–	–	(5.323)	(3.082)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	**(227)**	**(354)**	**37.833**	**59.710**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	39	(58)	61.169	(15.606)
(Aquisições) baixas de imobilizado	–	–	(111)	(764)
(Aquisições) baixas de Intangível	–	–	(4)	(18)
Dividendos	72.113	8.336	–	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento	**72.172**	**8.328**	**61.054**	**(16.388)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(21.705)	(23.718)
Financiamentos com partes relacionadas - Mútuo	–	(209)	–	–
Dividendos	(71.788)	(7.920)	(71.788)	(7.920)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento	**(71.788)**	**(8.129)**	**(93.493)**	**(31.638)**
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**157**	**(153)**	**5.414**	**9.561**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	369	524	18.135	8.561
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**157**	**(153)**	**5.414**	**8.569**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	526	369	23.549	18.130
Transações que não afetam o caixa: Registro de passivos de arrendamento e direito de uso	–	–	7.110	–
Baixa de imobilizado em compensação a saldo de Fornecedor	–	–	(6.099)	–

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Olívia Raquel Vieira dos Santos - CRC RJ 118.229/O-4

ERMAN Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.976/0001-44 – NIRE 35.300.191.005

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		700	743
Impostos a recuperar		10	–
Não circulante	4	305.695	103.308
Investimentos		305.695	104.051
Não circulante	5	10.153.266	9.473.332
Investimentos		10.153.325	9.473.605
Total do ativo		**10.459.671**	**9.577.383**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018
Circulante			
Dividendos a pagar	4	305.348	101.718
		305.348	101.718
Patrimônio líquido	6		
Capital Social		7.584.730	7.584.730
Reservas de Lucros		2.060.412	1.498.362
Ajuste de avaliação patrimonial		(487.183)	(484.583)
		10.154.325	9.476.665
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.459.671**	**9.577.383**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO – Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2019	2018
Resultado de participações societárias	5.287.138	518.988
Resultado equivalência patrimonial	5.287.138	518.988
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	(1.525)	(1.601)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.285.612**	**517.387**
Resultado financeiro	55	–
Lucro (prejuízo) operacional antes do IRPJ e da CSLL	**1.285.667**	**517.387**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Lucro líquido do exercício	**1.285.667**	**517.387**
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	1,69	0,70
Quantidade média de ações	684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE – Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.285.667	517.387
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado – reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	24.001	388.915
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	23.067	(232.776)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(9.737)	38.496
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10.918	(18.463)
Outros reflexos de controladas e coligadas	(12.402)	(279)
	35.847	**176.893**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado – reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(33.247)	8.431
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**2.600**	**185.324**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**1.288.267**	**702.710**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXOS DE CAIXA – Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e contribuição social	1.285.667	517.387
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa	(1.287.138)	(518.988)
Equivalência patrimonial		
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(10)	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(1.480)**	**(1.601)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	360.417	188.623
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**360.417**	**188.623**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(358.961)	(187.104)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(358.961)**	**(187.104)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**(43)**	**(82)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**743**	**825**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**700**	**743**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos	101.719	33.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

ERMAN Participações S.A. ("Companhia", ou "ERMAN") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hepasaú Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.

2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de abril de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

2.1. Base de apresentação

2.2. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controlada em conjunto da Hepasaú Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo não a mesma consistindo proporcionalmente.

3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são representados líquidos dos saldos tomados.

(b) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas no resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir uniformidade com as práticas adotadas pela Companhia.

(c) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

4. Partes relacionadas

Saldos e transações com partes relacionadas

Partes relacionadas	2019 Dividendos a receber	2018 Dividendos a receber	2019 Dividendos a pagar	2018 Dividendos a pagar
Hepasaú Administração S.A.	305.695	103.308	–	–
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)	–	–	305.348	101.718
	305.695	**103.308**	**305.348**	**101.718**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos

Informação do investida em 31 de dezembro de 2019

Investimentos Avaliados por equivalência patrimonial	Informação do investida 31 de dezembro de 2019 Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial Percentual de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo de investimento
Hepasaú Administração S.A. (i)	40.613.038	5.148.550	25,00	1.287.138	10.153.259
Outros investimentos				–	7
Total dos investimentos				**1.287.138**	**10.153.266**

Saldo de investimento

	2018
Hepasaú Administração S.A. (i)	9.473.325
Outros investimentos	7
Total dos investimentos	**9.473.332**

Resultado de equivalência patrimonial

	2018
Hepasaú Administração S.A.	518.988
Outros investimentos	–
Total dos investimentos	**518.988**

(i) Em dezembro de 2019 foi concluída a alocação do preço de aquisição referente a compra da CESP pela VRTM. Logo, o saldo registrado em 31/12/2018, à título de "Parcela não alocada", foi considerado dos efeitos de mais e menos valia de ativos e passivos e gerou um ganho por compra vantagem, reconhecido na data da aquisição. Consequentemente os saldos patrimoniais e de resultado sofreram alterações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 15 (R1) – "Combinação de negócios". O efeito reflexo no resultado da investida Hepasaú/investida indireta Votorantim S.A., foi de R$ 398.391.

6. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.285.667	517.387
Reserva legal	(64.283)	(25.869)
Base de cálculo dos dividendos	1.221.384	491.518
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	305.346	101.719
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%

Ricardo Ermírio de Moraes
Diretor

Paulo Midena
Contador CRC 1SP 171.463/O-9

AEM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.403/0001-89 – NIRE: 35.300.191.013

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

BALANÇO PATRIMONIAL – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		471	512
Impostos a recuperar		9	–
Não circulante	4	305.695	103.309
Investimentos		306.176	103.821
Não circulante	5	10.153.266	9.473.332
Investimentos		10.154.325	9.476.665
Total do ativo		**10.459.442**	**9.577.153**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018
Circulante			
Dividendos a pagar	4	305.266	101.659
		305.266	101.659
Patrimônio líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de Lucros		2.060.363	1.498.181
Ajuste de avaliação patrimonial		(487.183)	(484.583)
		10.154.176	9.476.494
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.459.442**	**9.577.153**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros – Incentivos fiscais	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva de retenção acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2018		**7.584.730**	**2.620**	**327.391**	**904.802**		**183.168**	**9.002.630**
Ajustes reflexos de controlada no conjunto						(85.259)		(85.259)
Adoção inicial do CPC 48						23.565	10.798	34.363
Mais valia de ativos da St. Mary's							31.065	31.065
Ajuste de inflação e variação cambial – IAS 29/CPC 42							73.809	73.809
Adoção inicial do CPC 02 – Hiperinflação na Argentina						(28.873)		(28.873)
Mudança de prática contábil – valorização de coligadas FIPs								
Em 1º de janeiro de 2018, após os impactos da adoção de novas normas e reapresentações		**7.584.730**	**2.620**	**327.391**	**904.802**	**(90.568)**	**299.260**	**9.028.154**
Lucro do exercício						517.387		517.387
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada						185.324		185.324
Total do resultado abrangente do exercício					**517.387**	**185.324**		**702.710**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de dividendos deliberados				33.624				33.624
Constituição de reserva legal	6 c)		21.414		(21.414)			
Dividendos distribuídos	6 b)				(187.104)	(101.719)		(288.823)
Retenção de lucros					303.686	(303.686)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Em 31 de dezembro de 2018	6 a)	**7.584.730**	**2.620**	**360.724**	**1.205.008**	**(426.819)**		**(255.199)**
Lucro do exercício					1.285.667			1.285.667
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto							2.600	2.600
Total do resultado abrangente do exercício					**1.285.667**		**2.600**	**1.288.267**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de dividendos deliberados				101.719				101.719
Perda no aumento de capital da Karmin				(47.000)				(47.000)
Constituição de reserva legal	6 c)		64.283		(64.283)			
Dividendos distribuídos	6 b)				(358.961)	(305.346)		(664.327)
Retenção de lucros					916.038	(916.038)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			**64.283**		**611.776**	**(1.286.569)**		**(609.608)**
Em 31 de dezembro de 2019		**7.584.730**	**2.620**	**413.008**	**1.866.784**		**487.183**	**10.154.325**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Resultado de participações societárias	1.287.138	518.988
Resultado equivalência patrimonial	1.287.138	518.988
Despesas operacionais		
Outras despesas operacionais	(1.860)	(1.854)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**1.285.278**	**517.134**
Resultado financeiro	51	–
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.285.329**	**517.134**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Lucro líquido do exercício	**1.285.329**	**517.134**
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	1,88	0,76
Quantidade média de ações (em milhares de ações)	684.730	684.730

As notas explicativas

CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços

(Anteriormente Denominada Actua Assessoria S.A.)
CNPJ/NIF 05.410.674/0001-88

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. São Paulo, 27 de abril de 2020. A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7	635
Aplicações financeiras	7	3.315	1.395
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.360	3.385
Mútuos - partes relacionadas	10	96.039	-
Tributos a recuperar	8	3.862	36
Dividendos e juros sobre o capital próprio		526	394
Despesas antecipadas e outros ativos		98	-
Total do ativo circulante		105.207	5.845
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Mútuos - partes relacionadas	10	30.706	115.170
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	10	16.962	6.200
Tributos a recuperar	8	5.211	3.421
		52.879	124.791
Investimentos	12	258.240	96.124
Total do ativo não circulante		311.119	220.915
Total do ativo		416.326	226.760

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores		6	-
Imposto de renda e contribuição social		126	454
Obrigações fiscais		2	-
Obrigações sociais e trabalhistas	11	7.386	-
Contas a pagar - partes relacionadas	10	172	-
Dividendos a pagar		-	1.892
Juros sobre capital próprio mínimo obrigatório		2.536	-
Total do passivo circulante		10.228	2.346
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	10	5.976	-
Obrigações sociais e trabalhistas	11	3.414	-
Impostos diferidos	9b	19.777	-
Provisão para passivo a descoberto	12	1	-
Total do passivo não circulante		29.168	-
Patrimônio líquido			
Capital social	13a	339.487	212.776
Reservas de capital		12.070	498
Reservas de lucros		12.236	6.074
Juros sobre o capital próprio adicional proposto		7.889	-
Ajuste de avaliação patrimonial	13d	5.248	5.066
		376.930	224.414
Total do passivo e patrimônio líquido		416.326	226.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social Subscrito	Capital social Integralizar	Reserva de capital Ágio na transação com sócios	Reserva de lucros Retenção de lucros Legal	Reserva de lucros Retenção de lucros	Juros sobre o capital próprio (adicional proposto)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		166.076	-	498	-	-	-	2.990	(2.548)	167.016
Aumento de capital em 09 de abril de 2018	13a	10.700	-	-	-	-	-	-	-	10.700
Aumento de capital em 16 de abril de 2018	13a	1.000	-	-	-	-	-	-	-	1.000
Aumento de capital em 24 de maio de 2018	13a	15.000	-	-	-	-	-	-	-	15.000
Aumento de capital em 26 de julho de 2018	13a	20.000	-	-	-	-	-	-	-	20.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	10.514	10.514
Reserva legal	13b	-	-	-	398	-	-	-	(398)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(1.892)	(1.892)
Reserva de retenção de lucros	13c	-	-	-	-	5.676	-	-	(5.676)	-
Outros resultados abrangentes	13d	-	-	-	-	-	-	2.076	-	2.076
Saldos em 31 de dezembro de 2018		212.776	-	498	398	5.676	-	5.066	-	224.414
Aumento de capital em 31 de janeiro de 2019	13a	127.000	-	-	-	-	-	-	-	127.000
Aumento de capital em 28 de março de 2019	13a	13.500	-	-	-	-	-	-	-	13.500
Aumento de capital em 02 de maio de 2019	13a	21.900	-	-	-	-	-	-	-	21.900
Aumento de capital em 30 de maio de 2019	13a	17.000	-	-	-	-	-	-	-	17.000
Aumento de capital em 27 de junho de 2019	13a	1.200	-	-	-	-	-	-	-	1.200
Aumento de capital em 29 de agosto de 2019	13a	77.240	(41.700)	-	-	-	-	-	-	35.540
Aumento de capital em 31 de outubro de 2019	13a	16.355	-	-	-	-	-	-	-	16.355
Aumento de capital em 26 de novembro de 2019	13a	170	(170)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em 19 de dezembro de 2019	13a	10.280	(1.104)	-	-	-	-	-	-	9.176
Ganho na aquisição de participação em controladas, líquido de impostos - VLT 12,5763%	6	-	-	-	11.572	-	-	-	-	11.572
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	18.427	18.427
Reserva legal	13b	-	-	-	921	-	-	-	(921)	-
Juros sobre o capital próprio (adicional proposto)		-	-	-	-	-	-	7.889	(7.889)	-
Juros sobre o capital próprio (mínimo obrigatório)		-	-	-	-	-	-	-	(4.376)	(4.376)
Reserva de retenção de lucros	13c	-	-	-	-	5.241	-	-	(5.241)	-
Outros resultados abrangentes	13d	-	-	-	-	-	-	182	-	182
Saldos em 31 de dezembro de 2019		382.461	(42.974)	12.070	1.319	10.917	7.889	5.248	-	376.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Despesas operacionais	Nota	2019	2018
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(10.648)	-
Depreciação		-	(5)
Serviços		(57)	(52)
Impostos, taxas e despesas com cartório		-	(7)
Custas e publicações		(81)	(74)
Despesas legais e judiciais		(83)	(141)
Outros		(15)	-
		(10.884)	(279)
Outros resultados operacionais	6	49.610	(14)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(19.360)	3.660
Resultado antes do resultado financeiro		19.366	3.367
Resultado financeiro	14	12.876	10.725
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		32.242	14.092
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9a	-	(3.578)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	(13.815)	-
Lucro líquido do exercício		18.427	10.514
		29.168	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2019	2018
Lucro líquido do exercício		18.427	10.514
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste patrimonial - plano de pensão	13d	45	7
		45	7
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste por conversão de demonstrações contábeis das investidas	13d	140	1.898
Resultado de *hedge* de fluxo de caixa	13d	8	83
Ativação de *hedge* de fluxo de caixa	13d	(12)	(204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1	(82)
		137	2.095
Total do resultado abrangente do exercício		18.609	12.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		18.427	10.514
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.815	-
Depreciação		-	5
Baixa do ativo imobilizado		-	10
Equivalência patrimonial		19.360	(3.660)
Juros e variação monetária sobre mútuos - partes relacionadas		(13.278)	(10.730)
Compra vantajosa VLT Carioca	6	(35.216)	-
Ágio na remensuração do VLT carioca e direito de concessão	6	(14.400)	-
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber – partes relacionadas		2.025	(1.744)
Tributos a recuperar		(142)	(1.675)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido		487	24
Despesas antecipadas e outros		(98)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		6	(5)
Fornecedores - partes relacionadas		172	-
Impostos e contribuições a recolher e provisão			
Imposto de renda e contribuição social		54	3.500
Pagamento IRRF sobre JCP		(1.840)	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(4.072)	(3.320)
Obrigações sociais e trabalhistas		10.800	-
Caixa líquido proveniente dos (usado nas) atividades operacionais		(3.900)	(7.081)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital em investidas		(17.250)	(5.688)
Aquisição de participação de 42,23% do VLT Carioca	6	(91.312)	-
Mútuos - partes relacionadas		-	(27.000)
AFAC - partes relacionadas		(16.962)	(6.200)
Aplicações financeiras		(1.920)	(142)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(127.444)	(39.030)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Mútuos - partes relacionadas		-	-
Captação		3.500	-
Pagamento		(79)	-
AFAC - partes relacionadas		22.331	-
Integralização de capital		104.964	46.700
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		130.716	46.700
(Redução)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(628)	589
Demonstração da (redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		635	46
No final do exercício		7	635
		(628)	589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços ("Companhia") foi constituída em 11 de novembro de 2002, como sociedade limitada, tendo como objetivo a prestação de serviços de administração em geral às demais empresas do Grupo CCR, de acordo com seu objeto social, além de participar em outras sociedades. Em 2010, sua natureza jurídica foi alterada para sociedade anônima de capital fechado domiciliada à Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, Anexo 4, Sala 6, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é acionista direta das seguintes empresas: **CCR ViaLagos (ViaLagos):** Ligação vária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. O prazo de 12 anos de direito", foi estendido por 10 anos em decorrência da assinatura do 10º TAM, celebrado em 10 de dezembro de 2016, em decorrência da inclusão, pelo Poder Concedente, de investimentos não previstos originalmente no contrato de concessão. **VLT Carioca:** Em 14 de junho de 2013, a concessionária VLT Carioca assumiu o contrato de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT") na região portuária e central do Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 25 anos, até 11 de dezembro de 2038, contados a partir da emissão da ordem de início e contará com 42 estações e cerca de 28 quilômetros de vias quando a infraestrutura estiver completamente construída. Ao longo de 2019, a CIIS adquiriu participação adicional no VLT Carioca, passando a deter 66,9543% do capital social da investida, bem como o controle da mesma, em 07 de outubro de 2019. **CPC:** Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CPC atua conta com a Divisão Engelog e a Divisão EngelogTec, que tem por objetivo a prestação de serviços em engenharia e tecnologia da informação, respectivamente, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A CCR e a CIIS detêm 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente. **Samm:** Tem como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. A empresa tem como objeto prestar serviços de transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas instaladas ao longo de rodovias e metrô (ViaQuatro, ViaMobilidade e Metrô Bahia). **SPCP:** Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades. **CCR Poste (Poste):** Empresa em fase de liquidação. **Inovap S:** Tem por objetivo a prestação de serviços a empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. **Toronto (Quicko):** Constituída em 10 de agosto de 2018, tem como objeto social a prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e exploração de programas de fidelização de clientes, licenciamento, manutenção e suporte técnico de softwares, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. O aplicativo de fidelização de clientes foi lançado em 1º de julho de 2019 e em 15 de outubro de 2019 iniciou-se campanha para divulgação. **CCR Lam Vias (Lam Vias):** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como holding de concessões rodoviárias no Brasil (escreto Estado de São Paulo) e América Latina. **CCR Mobilidade:** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como holding de Mobilidade Urbana no Brasil e no exterior. **CCR Infra SP:** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como holding de concessão de rodovias no estado de São Paulo.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nas exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. *a) Investimentos:* Os investimentos da Companhia em controladas e controladas em conjunto (equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto. • Coligadas: As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não tenha controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. • Controladas: A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. • Controladas em conjunto: Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite que a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito de ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, e qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data em que influência significativa ou controle cessa ou conjunto deixa de existir. *b) Combinação de negócios:* Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o grupo.

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na sempadonada adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. As despesas de aquisição são reconhecidas no resultado do exercício. Quando a Companhia for uma empresa controlada, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido. Os custos de transação, que não sejam aquelas associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. *c) Instrumentos financeiros:* • Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As três principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR ou VORA. • Se mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros devem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VORA, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ao VJR ou VORA. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR ou ao VORA, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros são mensurados ao VORA se atender ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR. • Forem mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Mensuração e desreconhecimento: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Ao contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e, (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez, custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apuradas na mensuração subsequente dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais referadas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apuradas na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR: Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. Contabilidade de *hedge (hedge accounting)*: A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a riscos com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge* a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. *Hedge de fluxo de caixa*: *hedge* de exposição a variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada no rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se a mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte ineffetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorre. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que foi item é reconhecido. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou encerrado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:* • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da emissão, e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. • Aplicações financeiras: Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém em previsão de utilização mais curta. *e) Ativos de longo prazo: recuperável de ativos (impairment):* • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data de balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As perdas de crédito esperadas são a estimativa de perdas de crédito ponderadas por probabilidade, mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento financeiro, que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado para perdas de crédito esperadas é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas por valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A previsão para perdas por ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis de ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor de ativo é determinado. A Companhia determina o valor de uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão das investidas, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do período em que o ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado no fluxo de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores é avaliada a cada data de apresentação para qualquer indicação de que a perda tenha aumentado ou diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é reversível caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Ativo intangível em concessão: o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. *f) Provisões:* Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia passui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. Ações cíveis são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. *g) Receitas e despesas financeiras:* Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e juros e variações monetárias sobre instrumentos financeiros ativos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros. *h) Benefícios a empregados:* • Planos de contribuição definida: Benefícios pós-emprego são o plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. *i) Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. *j) Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período e quaisquer ajustes tributários sobre o imposto a pagar relacionados a períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e refletir a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relacionadas a posições fiscais incertas e o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações de leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda e de CSLL no período em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que a entidade tributável gerará lucro tributável disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitado-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por diversas estimativas chaves operacionais e de mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas relações de crescimento econômicos, as taxas de inflação esperadas, entre outros fatores, entre outros. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. *k) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:* A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas: • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (Operações de Arrendamento Mercantil). O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendatário e exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos para todos os arrendamentos de prazo de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Benefícios estão disponíveis para arrendatários de curto prazo e de baixo valor. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2). • **ICPC 22 - Incertezas sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre os tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

continuação

Balanço patrimonial resumido

	2019	2018
Ativo	VLT Carioca	VLT Carioca
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.603
Outros ativos	-	244.847
Total do ativo circulante	-	**248.450**
Ativo não circulante	-	**1.401.316**
Total ativo	-	**1.649.766**
Passivo		
Passivo circulante		
Passivos financeiros (1)	-	24.743
Outros passivos	-	187.824
Total do passivo circulante	-	**212.567**
Passivo não circulante		
Passivos financeiros (1)	-	828.258
Outros passivos	-	386.511
Total do passivo não circulante	-	**1.214.769**
Patrimônio líquido	-	**222.430**
Total do passivo e patrimônio líquido	-	**1.649.766**

(1) Refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil.

Demonstração do resultado resumido

	2019 VLT Carioca	2018 VLT Carioca
Receita	150.083	281.960
Depreciação e amortização	(14.040)	(1.317)
Receita financeira	12.322	15.266
Despesa financeira	(106.287)	(75.635)
Resultado de operações antes dos impostos	**(18.369)**	**10.385**
IR e CS	5.386	(5.629)
Resultado de operações	**(12.983)**	**10.756**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**(12.983)**	**10.756**

(1) A partir de 7 de setembro de 2019 foi adquirido o controle do VLT Carioca.

7. Outras informações relevantes: A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles: **a) VLT Carioca: I. Rescisão de Contrato de Concessão:** Em 2019 foi decretada, o VLT Carioca ajuizou ação de rescisão do Contrato de Concessão (com pedido de tutela de urgência), processo nº 0159841-62.2019.8.19.0001, em face do município do Rio de Janeiro e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), pleiteando a rescisão do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada (CPI, nº 010008/2013) firmado entre as partes, devido a ambos terem descumprido suas obrigações. O Poder Concedente e o município do Rio de Janeiro, bem como a condenação da municipalidade ao pagamento de indenização por perdas e danos e lucros cessantes, a serem apurados por ocasião da liquidação da sentença. O VLT Carioca também pleiteou, em sede de liminar, que o Poder Concedente fosse instado a cumprir de imediato determinadas obrigações legais e contratuais em atraso, bem como que fosse implementada a garantia subsidiária do contrato de concessão, viabilizando a continuidade da prestação do serviço público até a tráfegos em julgado da ação. Em 10 de julho de 2019, foi indeferido a liminar requerida pelo VLT. Em 26 de setembro de 2019, após a apresentação das defesas dos réus, o processo foi remetido à conclusão. Em 9 de outubro de 2019 o VLT Carioca assinou com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro um Memorando de Entendimento (MDE) que permitiu com que a Linha 3, que liga a Central do Brasil ao Aeroporto Santos Dumont, fosse inaugurada em 26 de outubro deste ano. O MDE também prevê: • O pagamento ao VLT Carioca de duas parcelas de R$ 9.825 já empenhadas pelo município, tendo ambas as parcelas já sido pagas. • O Poder Concedente, a partir de janeiro 2020, volte a quitar as contraprestações pecuniárias - parcela à "CAR-A" mediante cobrança emitida pelo VLT Carioca. A CAR-A da competência do mês de janeiro de 2020 foi paga em 17 de março de 2020, conforme o prazo contratual; • A criação de um Grupo de Trabalho ("GT") para discussão de temas relativos ao contrato de concessão; • O alinhamento do início do mecanismo de mitigação do risco de demanda e o pagamento da CAT B até o limite da dissolução da CI ou 10 meses contados do seu início, o que ocorrer primeiro; • As partes se comprometem a levar aos autos da ação de rescisão uma cópia do MOU por meio de petição conjunta, incluindo a CDURP, para a suspensão do processo judicial pelo tempo necessário à finalização dos trabalhos do GT. Em 10 de outubro de 2019, foi preferida decisão que concedeu a tutela provisória de urgência para determinar aos réus que implementem e providenciem a operacionalização da garantia subsidiária do contrato de concessão, de modo a dar cumprimento às obrigações legais e contratuais assumidas, sob pena de multa diária. Em 05 de novembro de 2019, o Município apresentou embargos de declaração para a decisão não mencionou os argumentos que justificariam o inderferimento da tutela. Em 19 de novembro de 2019 e 21 de novembro de 2019 se ingotaram os prazos para o CDURP e o Município, respectivamente, implementarem e providenciarem a operacionalização da Garantia Pública Subsidiária, conforme decisão liminar. Em 26 de novembro de 2019 o VLT Carioca apresentou a sua réplica e aproveitou para reiterar a ugência no integral cumprimento, pela CDURP e Município, da decisão liminar. Em 06 de dezembro de 2019 o VLT Carioca peticionou reiterando a urgência no cumprimento da decisão liminar e solicitando que a CDURP e Município fossem novamente intimados para imediato cumprimento da liminar. Em 19 de dezembro de 2019, os acionistas do VLT Carioca em AGE ratificaram a assinatura do MOU e autorizaram a Companhia a suspender, oportunamente e de acordo com a conveniência do VLT Carioca, a ação que tem como objeto a rescisão do Contrato de Concessão. Em 07 de janeiro de 2020, foi proferida decisão reiterando os embargos declaratórios apresentados pelo Município e CDURP, determinando ainda a intimação dos Réus por Oficial de Justiça para o cumprimento da tutela concedida. Em 09 de janeiro de 2020, o Oficial de Justiça juntou aos autos os mandados de intimação com certidão positiva. Em 07 de fevereiro de 2020, foi proferido despacho interlocutório em face da última decisão proferida na ação de rescisão que determinou o cumprimento da tutela provisória e repeliu os embargos de declaração. A Prefeitura do Município interpôs agravo de instrumento em 09 de março de 2020. A ação de rescisão do Contrato de Concessão permanece em curso e até o momento não foi implementada a garantia subsidiária do contrato de concessão. **II. Base de avaliação:** Em 31 de dezembro de 2019 o VLT Carioca apresenta o PSL R$ 20.237 e, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 87.917. O capital circulante líquido está substancialmente negativo em R$ 1.401.316 e o VLT Carioca planeja utilizar a geração de caixa decorrente de suas atividades para manter a continuidade operacional. Entretanto, é importante referiar que os montantes relativos aos mútuos com os acionistas presentes no saldo do passivo circulante estão substanciados em aditivos de reprogramação de contrato de financiamento do BNDES, especificamente o ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida). O ICSD do ano de 2019 não atingiu os parâmetros mínimos exigidos para que no ano de 2020 seja possível realizar qualquer pagamento à título de juros e/ou amortização de dívida para parte relacionada. Desta forma, a Companhia fica impedida de realizar o referido pagamento após o atendimento desta condição. Adicionalmente, as parcelas do financiamento do BNDES têm sido liquidadas com a utilização da conta reserva, que até então foram suportadas pelos acionistas da Companhia. O VLT Carioca conta com o apoio financeiro de seus acionistas controladores para o VLT S.A., para a manutenção das operações do VLT Carioca e para que esta possa honrar e cumprir com suas obrigações para com os seus credores, conforme consta do contrato de financiamento com o BNDES, onde o suporte financeiro foi limitado à 25%. Além disso, o cenário de inadimplemento do Poder Concedente - PCRJ está em fase de execução, tendo em vista o MOU mencionado anteriormente, no qual já foram quitadas pela PCRJ duas parcelas de R$ 9.825 (em outubro de 2019 e janeiro de 2020) à título de CAT-A de períodos anteriores, bem como o CAT-A do competência do mês de janeiro de 2020, paga em 17 de março de 2020, conforme prazo contratual.

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é de R$ 339.487 sendo R$ 382.461 subscrito e R$ 42.974, a integralizar em moeda corrente nacional, dividido em 382.460.448 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício de 2019, ocorreram as seguintes alterações: aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia: Em 31 de janeiro de 2019, de R$ 12.040, mediante a subscrição e integralização de 12.040.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 28 de março de 2019, de R$ 13.500, mediante a subscrição e integralização de 13.500.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 02 de maio de 2019, de R$ 21.900, mediante a subscrição e integralização de 21.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 30 de maio de 2019, de R$ 15.000, mediante a subscrição e integralização de 17.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 27 de junho de 2019, de R$ 1.200, mediante a subscrição e integralização de 1.200.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 29 de agosto de 2019, de R$ 77.740, sendo R$ 35.540 integralizada e R$ 41.700 a integralizar, subscrição e integralização de 77.740.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 31 de outubro de 2019, de R$ 16.355, mediante a capitalização de créditos contabilizados a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, com a emissão de 16.354.679 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 28 de novembro de 2019, de R$ 170 a integralizar, mediante a subscrição e integralização de 170.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; Em 19 de dezembro de 2019, de R$ 10.280, mediante capitalização de créditos de titularidade da acionista no valor de R$ 5.392, sendo R$ 3.500 de aditivo e R$ 1.892 de dividendos mínimos obrigatórios + R$ 4.888 de aporte em moeda nacional, com R$ 1.104 a integralizar mediante a subscrição e integralização de 10.280.384 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital da Companhia está assim dividido:

Acionistas	2019 Participação acionária	2019 Ações Integralizadas	2019 Capital Social Integralizado	2018 Participação acionária	2018 Ações Integralizadas	2018 Capital Social Integralizado
CCR S.A.	100%	382.460.448	339.487	42,974%	212.775.365	212.775
						2019
Lucro líquido ajustado						1.892
Juros sobre capital próprio mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado						4.375
Juros sobre o capital próprio						2.888
Total de juros sobre capital próprio						7.263

14. Resultado financeiro

	2019	2018
Despesas Financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(79)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(62)	(12)
	(141)	(12)
Receitas Financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	13.357	10.730
Rendimento sobre aplicações financeiras	(341)	-
Juros e outras receitas financeiras	-	-
	13.016	10.730
Resultado financeiro líquido	**12.875**	**10.718**

15. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, e administração de gestão de riscos, que consistem em identificar, avaliar e decidir sobre os eventos e riscos que podem interferir em seus objetivos e planejamentos, e que possam afetar os seus ativos e passivos. Os instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2019 Valor justo através do resultado	2019 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2019 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	2018 Valor justo através do resultado	2018 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2018 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	7	-	-	11	-	-
Aplicações financeiras	3.315	-	-	2.019	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	1.360	-	-	3.385	-
Mútuos - partes relacionadas	-	126.745	-	-	115.170	-
Partes relacionadas - AFAC	-	16.962	-	-	6.200	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	526	-	-	394	-
Passivos						
Fornecedores	-	-	(6)	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(172)	-	-	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(5.976)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório	-	-	(5.536)	-	-	(1.892)
	3.322	145.593	(8.690)	2.030	125.149	(1.892)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos reconhecidos nos saldos apresentados. As aplicações financeiras em fundos de renda fixa são valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. • **Contas a receber - partes relacionadas, mútuos - partes relacionadas, partes relacionadas - AFAC, dividendos e juros sobre capital próprio mínimo obrigatório, fornecedores e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia reconhece os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, de quais estão qualificados a seguir:

	2019	2018
Nível 3		
Aplicações financeiras	3.315	2.019

Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que exercem um efeito significativo sobre os valores registrados são observáveis, seja de forma direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente estas estimativas e premissas, utilizando-se de informações de mercado e de consultorias envolvendo essas estimativas podendo resultar em valores diferentes dos estimados devido a subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das analises. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os resultados das operações financeiras e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 e não levando em conta a data da operação, o que ocorrer primeiro.

3. Reconciliação das atividades de financiamento

	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório	AFAC - partes relacionadas	Capital social	Total
Saldo inicial	-	(1.892)	-	(212.776)	(214.668)
Alterações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captações (líquidas dos custos de transação)	(3.500)	-	-	-	(3.500)
Pagamentos de empréstimos e juros	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	(104.964)	(104.964)
AFAC	-	-	(22.331)	-	(22.331)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(3.421)	-	(22.331)	(104.964)	(130.716)
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(79)	-	-	-	(79)
Aumento de capital com capitalização de mútuos, dividendos e AFAC	3.500	1.892	16.355	(21.747)	-
Outras variações que não afetam caixa	-	(2.536)	-	-	(2.536)
Total das outras variações	3.421	(644)	16.355	(21.747)	(2.615)
Saldo final	-	(5.536)	-	(339.487)	(347.023)

17. Eventos subsequentes: • Aumento de capital - Toronto: Em 11 de fevereiro de 2020, foi deliberado pela Ata de Reunião do Conselho de Administração o aumento de capital de sua controlada direta Toronto S.A – Desenvolvimento e Participações, no valor total de R$ 7.800, nas proporções de 99,9999% para ações ordinárias. **• Pandemia:** Em 31 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao potencial de surto, aumentaram o grau de incerteza para as agentes econômicos, que podem gerar se sejamdos impactos relevantes nas investidas, e por consequência, no valor das investimentos, do resultado de equivalência patrimonial e dividendos a receber, representados nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais das investidas para o ano de 2020 e demais exercícios subsequentes, que poderão ser impactados pelo surto, foram revisadas por nós e nenhum ajuste no período-base foi necessário, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Considerando o imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais futuramdos, ou de valor recuperável das investidas. A Administração da Companhia não considera o impacto do surto nas operações e no posição patrimonial e financeira das investidas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, a controladora da Companhia (CCR S.A.) instalou comitê de crise, o qual está tomando as medidas possíveis, diante dos eventos que estão ocorrendo. Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora CCR, em 17 de abril de 2020, verificou-se no período de 13 de março de 2020 a 23 de abril de 2020 e no período de 1º de janeiro a 23 de abril de 2020, em comparação com mesmos períodos do ano anterior, os seguintes efeitos no investimento:

MARÇO	13/março/2020 a 23/abril/2020 x 13/março/2019 a 23/abril/2019	01/janeiro/2020 a 23/abril/2020 x 01/janeiro/2019 a 23/abril/2019
VLT Carioca	-43,4%	-1,9%

VLT Carioca: Início da Linha 3 em 26/10/2019.

Quantidade de ações - VLT Carioca: Em 22 de janeiro de 2020, ocorreu a compra pela Companhia de 22.530.481 ações de cada um dos demais acionistas da investida, representativo de 1,38% do capital do VLT Carioca. Sendo assim, houve a transferência para Companhia de 61.453.231 ações correspondente a 4,13% do capital. Em 18 de fevereiro de 2020, ocorreu a compra pela Companhia de 20.644.411 ações de cada um dos demais acionistas da investida, representativo de 1,26% do capital do VLT Carioca. Sendo assim, houve a transferência para Companhia de 61.553.231 ações correspondentes a 3,78% do capital. Em 20 de março de 2020, ocorreu a compra pela Companhia de 22.047.224 ações de cada um dos demais acionistas da investida, representativo de 1,35% do capital do VLT Carioca. Sendo assim, houve a transferência para Companhia de 66.143.172 ações correspondentes a 4,04% do Capital.

Saldo em 31/12/2019		Saldo em 20/03/2020	
Participação acionária	Quantidade ações	Participação acionária	Quantidade ações
66,9543%	1.095.579.164	78,9122%	1.291.247.012

Composição do Conselho de Administração

Leonardo Couto Vianna	Presidente
Walda Maria Pires Leskevar	Conselheiro
Eduardo de Toledo	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo de Toledo	Diretor-Presidente
Marcio Yassuhiro Iha	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva CRC 1SP129452/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12(f) às demonstrações financeiras, que descreve que em função dos inadimplementos contratuais por parte do Poder concedente e do Município do Rio de Janeiro junto à controlada Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca" ou "Controlada"), o(s) parecista(s) do fundamento do BNDES tem sido liquidadas com a utilização da conta reserva, a qual até então vinha sendo suportada pelos acionistas da Controlada; ii) a Controlada ajuizou ação de rescisão do Contrato de Concessão, com pedido de tutela de urgência para determinar a implementação da garantia subsidiária do contrato de concessão de forma a permitir que os serviços continuem a ser prestados pela Controlada até o trânsito em julgado da ação. Adicionalmente, as partes celebraram um memorando de entendimento com o Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de cumprir os assumidos pelo Poder Concedente no Contrato de Concessão, na esfera administrativa; contudo, a ação de rescisão do Contrato de Concessão permanece em curso. Nossa opinião não é modificada em relação a essas questões. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Também: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, pois a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria que subsidiam os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressarmos opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, bem como quaisquer deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Minutrade Participações S.A. e Controladas

CNPJ nº 08.700.617/0001-21 - NIRE 35.300.339.541

Balanço Patrimonial em 31/12/2019

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante	**56**	**4.621**	**24.331**	**21.881**
Caixa e equivalentes de caixa	53	540	6.303	11.519
Contas a receber de clientes	-	-	16.084	17.130
Impostos e contribuições a recuperar	3	1	1.586	1.177
Empréstimos a partes relacionadas	-	-	-	1.274
Dividendos a receber	-	4.080	-	-
Adiantamentos a empregados e fornecedores	-	358	781	-
Não circulante	**253**	**9.629**	**13.486**	**12.673**
Caixa restrito	-	-	3.911	2.748
Impostos e contribuições a recuperar	67	92	67	92
IR e CS diferidos	-	-	1.855	847
Investimentos	186	9.537	-	-
Imobilizado	-	-	2.195	365
Intangível	-	-	5.457	8.621
Total do ativo	**309**	**14.250**	**37.816**	**44.554**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	**43**	**8.391**	**28.834**	**31.599**
Fornecedores	30	56	730	905
Salários e encargos sociais	9	8	3.224	2.877
Impostos e contribuições a recolher	4	6	1.139	1.185
Obrigações tributárias parceladas	-	-	125	118
Valores de terceiros a repassar	-	-	21.933	23.262
Empréstimos e financiamentos	-	-	620	51
Arrendamento operacional	-	-	1.063	-
Empréstimos de partes relacionadas	-	5.120	-	-
Dividendos a pagar	-	3.201	-	3.201
Não circulante	**187**	**191**	**8.903**	**7.247**
Obrigações tributárias parceladas	-	-	825	898
Empréstimos e financiamentos	-	-	5.440	3.923
Arrendamento operacional	-	-	631	-
IR e CS diferidos	-	-	1.809	2.275
Plano de incentivo o de longo prazo	187	191	187	191
Total do passivo	**230**	**8.582**	**37.737**	**38.886**
Patrimônio líquido	**79**	**5.668**	**79**	**5.668**
Capital social	2.789	1.983	2.789	1.983
Reserva de capital	(1.312)	-	(1.312)	-
Reservas de lucros	-	3.595	-	3.595
Resultados abrangentes acumulados	69	90	69	90
Prejuízo acumulados	(1.467)	-	(1.467)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	**309**	**14.250**	**37.816**	**44.554**

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31/12/2019

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto valores por ação)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	-	-	**33.443**	**35.218**
Custo dos serviços prestados	-	-	**(17.168)**	**(8.653)**
Lucro operacional bruto	-	-	**16.275**	**26.565**
Despesas operacionais:				
Despesas com vendas	-	-	(10.799)	(11.159)
Despesas gerais e administrativas	(373)	(698)	(11.996)	(10.382)
Outras despesas operacionais	-	-	(34)	(14)
	(373)	(698)	(22.829)	(21.555)
Lucro (prejuízo) operacional	**(373)**	**(698)**	**(6.554)**	**5.010**
Receitas financeiras	14	64	1.588	854
Despesas financeiras	(282)	(294)	(759)	(367)
Variação cambial, líquida	-	-	6	(14)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(278)**	**(230)**	**835**	**473**
Resultado de equivalência patrimonial	(3.605)	5.618	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**(4.256)**	**4.690**	**(5.719)**	**5.483**
IR e CS	-	-	1.463	(793)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(4.256)**	**4.690**	**(4.256)**	**4.690**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício básico e diluído por ação (em R$)	**(0,8461)**	**0,9323**		

Demonstração do Resultados Abrangentes para o Exercício Findo em 31/12/2019 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(4.256)**	**4.690**	**(4.256)**	**4.690**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Diferença de câmbio decorrente de conversão de operações no exterior	(21)	66	(21)	66
Resultado abrangente total do exercício	**(4.277)**	**4.756**	**(4.277)**	**4.756**

Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31/12/2019

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora e consolidado					
			Reserva de capital			
			Transação entre sócios: empréstimo a acionista	Reserva de lucros		
	Capital social	Reserva legal		Reserva de retenção de lucros	Total das reservas de lucros	Reserva de conversão de operações de moeda estrangeira	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2017	**1.983**	**159**	**-**	**1.416**	**1.575**	**24**	**-**	**3.582**
Distribuição de dividendos	-	-	-	(442)	(442)	-	-	(442)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	66	-	66
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.690	4.690
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal	-	235	-	235	-	-	(235)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(2.228)	(2.228)
Retenção de lucros	-	-	-	2.227	2.227	-	(2.227)	-
Saldos em 31/12/2018	**1.983**	**394**	**3.201**	**3.595**	**90**	**-**	**-**	**5.668**
Aumento de capital	806	-	-	(806)	(806)	-	-	-
Reclassificação de ativo patrimonial	-	-	(1.312)	-	-	(1.312)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(21)	-	(21)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(4.256)	(4.256)
Absorção do prejuízo líquido do exercício	-	(394)	(2.395)	(2.789)	-	2.789	-	-
Saldos em 31/12/2019	**2.789**	**-**	**(1.312)**	**-**	**-**	**69**	**(1.467)**	**79**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31/12/2019 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.256)	4.690	(4.256)	4.690
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas(aplicado nas) atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	3.605	(5.618)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	4.336	2.163
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	56	20
Perdas estimadas em impostos a recuperar	-	-	(43)	59
IR e contribuição social diferidos	-	-	(1.463)	1.130
Plano de incentivo de longo prazo	(4)	(9)	(4)	(9)
Custo dos ativos imobilizado e intangível baixados	-	-	34	14
Juros e encargos provisionados sobre:				
Caixa restrito	-	-	(208)	(87)
Partes relacionadas	290	293	(38)	(146)
Empréstimos e financiamentos	-	-	404	56
Arrendamento operacional	-	-	223	-
Obrigações tributárias parceladas	-	-	56	56
	(365)	(644)	(817)	8.026
Redução(aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	-	990	(4.074)
Impostos e contribuições a recuperar	23	41	(389)	(1.154)
Adiantamento a clientes e fornecedores	-	23	423	(399)
	23	64	1.024	(5.627)
Aumento(redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(26)	(25)	(188)	(422)
Salários e encargos sociais	1	6	347	789
Impostos e contribuições a recolher	(2)	(26)	6	450
Obrigações tributárias parceladas	-	-	(122)	(112)
Valores de terceiros a repassar	-	-	(1.329)	7.311
	(27)	(45)	(1.286)	8.016
Caixa líquido das atividades operacionais	**(4.625)**	**(595)**	**(

Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.

CNPJ nº 29.721.306/0001-20

Demonstrações Financeiras em Exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	82.931	58.643
Ativo circulante	3.276	2.697
Caixa e equivalentes de caixa	3.276	2.697
Contas a receber	46.680	39.290
Estoques	12.083	7.929
Tributos a recuperar	20.892	8.727
Ativo não circulante	3.200	-
Outros contas a receber	3.200	-
Total do ativo	86.131	58.643
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	100.792	66.847
Fornecedores	100.163	63.685
Outros contas a pagar	619	2.162
Partes relacionadas	2.318	631
Total do passivo circulante	2.318	631.00
Passivo a descobrir: Capital social	1	-
Prejuízos acumulados	(16.970)	(7.836)
Total do patrimônio líquido	(16.969)	(7.836)
Total do passivo e patrimônio líquido	86.131	58.643

Demonstrações do resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(9.134)	(6.944)
Total do resultado abrangente do exercício	(9.134)	(6.944)

Diretoria
Antonio Tullio Jou Inchausti - CEO

Fabio Dias Garcia - Contador CRC/RS 061178/O-4

Demonstrações do resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	322.254	328.224
Custos das mercadorias vendidas	(318.388)	(319.242)
Lucro bruto	3.866	6.908
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	(7.664)	(8.840)
Outras receitas	(994)	(863)
Outras receitas e (despesas) operacionais	382	2.851

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/01/2017	19	-	1	(892)	(891)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.944)	(6.944)
Saldos em 31/12/2018	19	-	1	(7.836)	(7.835)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.134)	(9.134)
Saldos em 31/12/2019	19	-	1	(16.970)	(16.969)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixas das atividades operacionais	(9.134)	(6.944)
Prejuízo do exercício		
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido utilizado nas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	347
Provisão para perda nos estoques	656	(81)
Provisão PCLD	(3.187)	(978)
Variações nos ativos e passivos: Estoques	(4.810)	2.564
Contas a receber	(4.203)	(11.071)
Outros ativos	(3.200)	2
Impostos a recuperar	(12.165)	(3.683)
Resultado antes do resultado financeiro	(4.410)	(2.860)
Receitas (despesas) financeiras		
Receitas financeiras	339	757
Despesas financeiras	(5.063)	(4.494)
Resultado financeiro líquido	(4.724)	(3.737)
Prejuízo antes dos impostos	(9.134)	(6.597)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(347)
Prejuízo do exercício	(9.134)	(6.944)

Demonstrações do fluxos de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	36.478	7.056
Obrigações tributárias	-	(278)
Outras contas a pagar	144	2.078
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	12.244	(3.342)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	579	(10.598)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.697	13.295
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.276	2.697
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	579	(10.598)

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações Financeiras em Exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativos	2.290	2.290	6.841	4.987
Caixa e equivalentes de caixa	124.641	21.131	191.988	203.485
Estoques	54.208	59.693	66.291	67.621
Tributos a recuperar	2.211	1.522	23.103	10.260
Outras contas a receber	7.495	4.450	7.695	4.450
Total do ativo circulante	192.129	89.086	175.718	147.729
Contas a receber de clientes	-	342	-	342
Ativos mantidos para venda	3.080	3.080	3080	3080
Tributos a recuperar	854	338	854	338
Partes relacionadas	2.318	632	-	-
Imobilizado	174.250	176.888	174.250	176.888
Total do não circulante	180.502	245.484	177.830	180.348
Total do ativo	372.622	333.568	357.151	328.035
Demonstrações do resultado	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita líquida	483.029	449.463	491.709	460.947
Custos das mercadorias vendidas	(442.461)	(418.446)	(447.275)	(430.032)
Lucro bruto	40.568	24.017	44.434	30.915
Despesas com vendas	(11.398)	(8.128)	(12.338)	(8.899)
Despesas gerais e administrativas	(4.514)	(10.231)	(4.346)	(10.317)
Outras receitas e (despesas) patrimonial	7.718	8.638	468	(173)
Resultado de equivalência patrimonial	(9.134)	(6.945)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	23.240	7.351	27.964	11.424
Receitas financeiras	260	4.549	599	5.306
Despesas financeiras	(48.483)	(46.426)	(53.546)	(50.919)
Resultado financeiro líquido	(48.223)	(41.877)	(52.947)	(45.613)
Prejuízo antes dos impostos	(24.983)	(34.526)	(24.983)	(34.178)

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Prejuízo do exercício	(24.983)	(34.526)	(24.983)	(34.526)
Resultado abrangente total	(24.983)	(34.526)	(24.983)	(34.526)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2017	651	(9)	-	6.445	(344.871)	(337.784)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	425.496	-	-	425.496
Prejuízo do exercício	-	-	-	(34.526)	-	-
Incentivos fiscais	-	-	25.451	(25.451)	-	-
Saldos em 31/12/2018	651	(9)	425.496	31.896	(404.848)	67.712
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	25.504	-	-	25.504
Prejuízo do exercício	-	-	-	(24.985)	-	-
Incentivos fiscais	-	-	24.027	(24.027)	-	-
Saldos em 31/12/2019	651	(9)	451.000	55.923	(453.860)	113.216

Antonio Tullio Jou Inchausti - CEO

Fabio Dias Garcia - Contador CRC/RS 061178/O-4

Demonstrações Financeiras em Exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivos	39.986	48.515	40.865	50.643
Empréstimos e financiamentos	39.213	-	30.913	-
Passivo de arrendamento	907	-	907	-
Fornecedores a recolher	4.770	3.391	4.770	3.391
Salários e encargos sociais	5.815	4.473	5.815	4.473
Debêntures	32.800	19.539	32.800	19.539
Outras contas a pagar	4.124	2.744	4.743	6.807
Total do passivo circulante	110.315	81.662	120.813	84.953
Empréstimos e financiamentos	1.854	-	1.854	-
Passivo de arrendamento	6.883	-	6.883	-
Provisão para perda de investimento	16.969	7.836	-	-
Debêntures	173.898	188.899	173.898	189.896
Total do passivo não circulante	199.602	197.732	182.635	189.896
Patrimônio líquido	53.705	53.196	53.705	53.196
Capital social	642	642	642	642
Adiantamento para futuro aumento de capital	451.000	425.496	451.000	425.496
Reserva de capital	55.923	31.896	55.923	31.896
Prejuízos acumulados	(453.860)	(404.848)	(453.860)	(404.848)
Total do passivo	310.917	279.374	303.446	274.849
Total do passivo e patrimônio líquido	372.622	332.588	357.151	328.035
IR e CS diferidos	(2)	-	(2)	(347)
Prejuízo do exercício	(24.985)	(34.526)	(24.985)	(34.526)

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Prejuízo do exercício	(24.985)	(34.526)	(24.985)	(34.526)
Resultado abrangente total	(24.985)	(34.526)	(24.985)	(34.526)

Demonstrações do fluxos de caixa

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa operacional				
Prejuízo do exercício	(24.985)	(34.526)	(24.985)	(34.526)
Ajustes para: Depreciação	28.473	28.808	28.473	28.808
Resultado de equivalência patrimonial	9.134	6.945	-	-
Despesas financeiras líquidas	41.730	43.743	41.730	43.743
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	4.077	-	4.077	-
Provisão para perdas nos estoques	638	29	60	607
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(149)	81
Baixas de bens do ativo imobilizado	-	2.089	-	2.089
IR e CS diferidos	2	-	2	347
Variações nos ativos e passivos				
Estoques	4.867	(12.693)	1.270	(10.797)
Contas a receber de clientes	(40.854)	(9.635)	(14.687)	(15.671)
Outras contas a receber	(3.045)	8	(3.045)	11
Tributos a recuperar	(1.205)	159	(13.395)	(9.525)
Outros contas a pagar	(620)	465	(2.163)	1.912
Impostos a recolher	1.379	(1.213)	1.379	(1.491)
Partes relacionadas	(1.686)	(632)	-	-
Fornecedores	(9.529)	7.036	(9.778)	8.367
Salários e encargos sociais	1.342	866	1.342	855
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	9.598	31.438	16.172	28.849
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	43.124	-	43.124	-
Pagamento de empréstimos	(13.710)	-	(13.710)	-
Pagamento de passivo arrendamento	(1.181)	-	(1.181)	-
Pagamento de juros das debêntures	(18.965)	(4.731)	(18.965)	(4.731)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	9.268	(4.731)	9.268	(4.731)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(17.691)	(24.846)	(17.691)	(24.846)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	(17.691)	(24.846)	(17.691)	(24.846)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.275	1.861	1.854	(8.737)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.290	429	4.987	13.724
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.565	2.290	6.841	4.987
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.275	1.861	1.854	(8.737)

HEJOASSU Administração S.A.

CNPJ/MF nº 61.194.140/0001-07 – NIRE: 35.300.192.559

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		585	2.401
Aplicações financeiras		18.468	3.075
Dividendos a receber	6	-	414.598
Partes relacionadas	6	5.571	5.912
Outros ativos		75	371
		24.699	426.357
Não Circulante			
Tributos a recuperar	5	45.868	46.986
Depósitos judiciais		3.175	3.175
		49.043	50.161
Investimentos	7	41.770.567	37.838.345
Direitos de uso – contrato arrendamento		11.595	-
		37.782.205	37.838.345
		41.831.167	37.888.506
Total do ativo		**41.855.866**	**38.314.863**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018
Circulante			
Fornecedores		966	1.324
Salários e encargos sociais		3.535	3.463
Tributos a recolher		212	167
Dividendos a pagar	6	1.222.780	413.236
Arrendamento mercantil		2.435	-
Outras exigibilidades		4	216
		1.229.932	418.406
Não Circulante			
Outras exigibilidades		1.160	633
Arrendamento mercantil		9.590	-
Provisões para contingências		2.614	2.521
		12.364	3.154
Patrimônio líquido	8	27.613.570	37.893.303
Capital social		27.000.000	27.000.000
Reservas de lucros		11.664.305	8.954.970
Ajuste de avaliação patrimonial		1.948.730	1.938.933
		40.613.035	37.893.303
Total do passivo e patrimônio líquido		**41.855.866**	**38.314.863**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2019	2018
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	7	5.168.834	2.100.791
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(22.493)	(25.422)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**5.146.341**	**2.075.369**
Receitas financeiras		2.680	752
Despesas financeiras		(4271)	(171)
Receitas financeiras, líquidas		2.209	581
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**5.148.550**	**2.075.950**
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Lucro líquido do exercício		**5.148.550**	**2.075.950**
Lucro básico e diluído por ação		3,22	1,30
Quantidade média de ações		1.600.000	1.600.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	5.148.550	2.075.950
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado – reflexo de controlada		
Variação cambial de investimentos no exterior	96.004	1.555.740
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	92.267	(931.184)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(38.947)	157.982
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	43.671	(73.850)
Outros reflexos de controladas e coligadas	(48.609)	(1.117)
	143.386	**707.571**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado – reflexo de controlada		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(132.986)	33.723
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**10.400**	**741.294**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**5.158.950**	**2.817.244**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	5.148.550	2.075.950
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(5.168.834)	(2.100.791)
Variações monetárias	(2.587)	(666)
	(22.871)	(25.507)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em outros passivos	11.598	2.165
Diminuição (aumento) em outros ativos	(7.060)	6.060
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(18.334)**	**(29.461)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aporte de capital em controlada	(1.500)	(1.350)
Dividendos recebidos	1.475.110	789.335
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**1.473.610**	**787.985**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(1.441.670)	(754.488)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.441.670)**	**(754.488)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**13.577**	**4.035**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.479**	**1.441**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**19.053**	**5.479**
Transações que não afetaram o caixa		
Reversão de dividendos	413.235	135.218

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

A Hejoassu Administração S.A. ("Companhia", ou "Hejoassu") é uma sociedade de capital privado fechado, e controlados integral da Votorantim S.A. ("VSA"), com sede na cidade de São Paulo, Brasil. A empresa foi constituída em 24 de setembro de 1969 e tem como atividade principal a administração de bens e empregos.

2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras e contábeis

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24 de abril de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado. Estas demonstrações financeiras individuais contêm informações sobre a Hejoassu e não contêm informações financeiras consolidadas, como sendo a controladora de um grupo. A Hejoassu não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua controlada VSA, uma vez que essa controlada é a holding do Grupo Votorantim e já prepara demonstrações financeiras consolidadas. A administração da Companhia conclui que a preparação de demonstrações financeiras consolidadas incluindo a Hejoassu, considerando a relevância de seus ativos e passivos, estaria duplicando informações já disponíveis, não acrescentando relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público por meio do site www.votorantim.com.br.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e julgamentos contábeis refletidos de controlada são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas sem certo relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Provisões tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamental na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Principais políticas e estimativas contábeis adotadas

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.

(b) Depósitos judiciais

Não que se refere a processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento.

(c) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas no rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas no resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis dos investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(d) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

5. Tributos a recuperar

	2019	2018
IRPJ a compensar (i)	45.236	46.457
IRRF sobre aplicações financeiras	285	40
CSLL a compensar	377	489
	45.868	**46.986**

(i) Refere-se principalmente a antecipações de Imposto de Renda efetuadas em exercícios anteriores. Os pedidos de restituição foram entregues oportunamente, e estão em processo de homologação pela Secretaria da Receita Federal. No mesmo período, a agosto de 2019, foram pagos pela SRF, o montante de R$ 2.706, que serão utilizados no fluxo de caixa da empresa.

6. Partes relacionadas

Saldos e transações com partes relacionadas

	2019 Valores a receber	2019 Dividendos a receber	2019 Valores a pagar	2019 Dividendos a pagar
Partes relacionadas				
Votorantim S.A.	5.397 2.961	414.598	-	-
ABM Participações S.A.	-	-	305.695	103.309
ERMAN Participações S.A.	-	-	305.695	103.309
MRC Participações S.A.	107.1.294	-	305.695	103.309
JEMP Participações S.A.	671.687	-	305.695	103.309
	5.571 5.912	**414.598**	**1.222.780**	**413.236**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionadas apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas, bem como no reembolso dos gastos incorridos com reforma, ampliação, adequação IPTU dos andares 14º ao 16º da Sede, baseado em contrato. O critério de rateio, levou em consideração a área ocupada (m²).

7. Investimentos

Investimentos	Patrimônio Líquido	Informação da investida em 31 de dezembro de 2019 Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2019	2018	Saldo de investimento 2019	2018
Avaliados por equivalência patrimonial							
Votorantim S.A. (i)	41.769.570	5.170.205	100,00	5.170.205	2.100.791	37.837.555	37.837.555
Nazaré Participações Ltda.	693	(1.362)	99,99	(1.362)	(1.270)	693	585
Outros investimentos						12	12
Total dos investimentos				**5.168.843**	**2.099.521**	**37.838.260**	**37.838.345**

(i) Em dezembro de 2019 foi concluída a alocação do preço de aquisição referente a compra da CESP pela VTRM. Logo, o saldo registrado em 2018, a título de "Parcela não alocada", foi ponderado dos efeitos de mais e menos valia de ativos e passivos e gerou um ganho por compra vantajosa, reconhecido na data da aquisição. Consequentemente os saldos patrimoniais e de resultado sofreram alterações nos valores anteriormente divulgados.

	2019 Resultado do exercício	2018 Resultado do exercício
Hejoassu Administração S.A. (i)	5.148.550	2.075.950
Outros investimentos	25,00	1.270
Total dos investimentos	**5.148.575**	**2.077.220**

(i) Em dezembro de 2019 foi concluída a alocação do preço de aquisição referente a compra da CESP pela VTRM. Logo, o saldo registrado em 2018, a título de "Parcela não alocada", foi ponderado dos efeitos de mais e menos valia de ativos e passivos e gerou um ganho por compra vantajosa, reconhecido na data da aquisição. Consequentemente os saldos patrimoniais e de resultado sofreram alterações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 15 (R1) – "Combinação de negócios". O efeito líquido no resultado da investida Votorantim S.A., foi de R$ 366,391.

8. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é R$ 27.000.000,00 (vinte e sete bilhões de reais), e representado por 1.600.000 ações ordinárias nominais.

(b) Dividendos

Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.148.550	2.075.950
Reserva legal	(257.427)	(95.378)
Base de cálculo dos dividendos	4.891.122	1.980.572
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	1.222.781	438.391
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	21%

Durante o exercício de 2019, a Companhia deliberou as suas controladoras o montante de R$ 1.441.670, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2018.

(c) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta e indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de commodities e taxas de juros (contabilidade de hedge), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo dos efeitos financeiros disponíveis para venda.

Maria Helena Moraes Scripilliti – Presidente
Clávis Ermírio de Moraes Scripilliti – Diretor
Carlos Eduardo Moraes Scripilliti – Diretor
Regina Helena Scripilliti Velloso – Diretora
Maria Helena de Moraes Scripilliti – Diretora
Paulo Midena – Contador CRC 1SP 171.463/O-9

MRC Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.355/0001-29 – NIRE 35.300.190.998

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		306	406
Impostos a recuperar		18	18
Dividendos a receber	4	305.695	103.309
		306.019	103.715
Não circulante			
Investimentos	5	10.153.266	8.473.332
		10.459.285	**8.577.047**
Total do ativo		**10.459.285**	**8.577.047**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018
Circulante			
Partes relacionadas		107	1.294
Dividendos a pagar	4	305.419	101.609
		305.526	102.903
Patrimônio líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		2.081.846	1.404.801
Ajuste de avaliação patrimonial		487.183	484.613
		10.153.759	9.474.144
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.459.285**	**9.577.047**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais

	Nota	Capital	Reserva de lucros Incentivos fiscais	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2018		7.584.730	2.620	327.327	904.412	183.588	9.002.677
Ajustes de exercícios anteriores de controlada							
Adoção inicial do CPC 48					(85.259)		(85.259)
Mais vala de ativos da St. Mary's					23.565	10.798	34.363
Ajuste de inflação e variação cambial – IAS 29/CPC 42						31.063	31.063
Adoção inicial do CPC 42 – Hiperinflação na Argentina						73.809	73.809
Mudança de prática contábil – valorização de cotas FIPs					(28.873)		(28.873)
Em 1º de janeiro de 2018, após os impactos da adoção de novas normas e reapresentações		7.584.730	2.620	327.327	904.412	(90.568)	299.290	9.027.781
Lucro do exercício					516.925		516.925
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada						185.324	185.324
Total do resultado abrangente do exercício					516.925	185.324	702.249
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							
Reversão de dividendos deliberados				33.706			33.706
Constituição de reserva legal	6 c)		21.391		(21.391)		
Dividendos distribuídos	6 b)			(187.983)	(101.609)		(289.592)
Retenção de lucros				303.357	(303.357)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			21.391	149.080	(426.357)		(255.886)
Em 31 de dezembro de 2018	6 a)	7.584.730	2.620	348.718	1.003.480	484.593	9.474.144
Lucro do exercício					1.285.976		1.285.976
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto						2.600	2.600
Total do resultado abrangente do exercício					1.285.976	2.600	1.288.576
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							
Reversão de dividendos deliberados				101.609			101.609
Perda no aumento de capital da Karmin				(47.000)			(47.000)
Constituição de reserva legal	6 c)		64.299		(64.299)		
Dividendos distribuídos	6 b)			(358.151)	(305.419)		(663.570)
Retenção de lucros				916.258	(916.258)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			64.299	612.716	(1.285.976)		(608.961)
Em 31 de dezembro de 2019		7.584.730	2.620	1.961.434	1.003.480	487.183	10.153.759

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

MRC Participações S.A. ("Companhia", ou "MRC") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.

2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de abril de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

2.1. Base de apresentação

2.2. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações finance

SP: prefeitura libera aplicação de vacina da gripe em motoboys

A prefeitura de São Paulo incluiu os motoboys entre as categorias que podem receber gratuitamente a vacina contra a gripe. Para tomar uma dose, o profissional deverá ir até um posto de vacinação e apresentar um comprovante de que exerce a função – pode ser a carteira de trabalho, a carteirinha do sindicato, o cadastro em qualquer plataforma de transporte, ou a inscrição de microempreendedor.

"Para a nossa categoria, é uma grande vitória pela importância da vacina da gripe para os profissionais que estão trabalhando mais do que o dobro e expostos ao coronavírus, devido ao isolamento da população", destacou o presidente do SindimotoSP, Gilberto Almeida dos Santos.

A Secretaria municipal da Saúde recomenda que os profissionais motociclistas procurem a unidade básica de saúde (UBS) mais próxima de sua residência ou trabalho e levem também, se possível, a carteira de vacinação ou cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) – ambos não são obrigatórios, mas importantes para registro. A vacinação para os motoboys está liberada desde a última segunda-feira (27). (Agencia Brasil)

José Levi é o novo advogado-geral da União

O presidente Jair Bolsonaro nomeou José Levi Mello do Amaral Júnior como novo advogado-geral da União. O decreto foi publicado na terça-feira (28) no *Diário Oficial da União*. Ele ocupa agora o cargo que era de André Mendonça, também nomeado na terça-feira como novo ministro da Justiça e Segurança Pública no lugar de Sergio Moro, que pediu demissão no último dia 24.

Levi era o procurador-geral da Fazenda Nacional desde o início do governo Bolsonaro. O órgão é vinculado ao Ministério da Economia e também faz parte da estrutura da Advocacia-Geral da União (AGU). A principal atribuição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é atuar na cobrança dos débitos não quitados e inscritos na Dívida Ativa da União.

Na carreira de procurador da Fazenda Nacional desde 2000, Levi é graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, instituição onde também é professor, com título de livre-docência em direito constitucional. Tem pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, de Portugal. Já ocupou o cargo de secretário executivo do Ministério da Justiça e de consultor-geral da União na AGU. (Agencia Brasil)

Fiocruz analisa esgoto para mapear circulação do coronavírus

Uma pesquisa da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a prefeitura de Niterói e a concessionária Águas de Niterói começou a mapear a presença do novo coronavírus no esgoto da cidade, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. O estudo é inédito no Brasil e pode servir como um instrumento capaz de identificar a chegada do vírus a uma localidade antes da confirmação dos casos pelo sistema de saúde.

Com testes laboratoriais do tipo RT-PCR, os pesquisadores conseguem reconhecer fragmentos genéticos do coronavírus que chegam ao esgoto após serem excretados nas fezes de pessoas infectadas. O objetivo da primeira etapa da pesquisa é monitorar sua disseminação em 12 pontos da cidade durante ao menos quatro semanas. Só é possível fazer esse acompanhamento em cidades em que uma parcela significativa da população seja atendida por rede coletora de esgoto e onde a operadora do serviço tenha controle sobre o sistema. No caso de Niterói, a rede atende a cerca de 95% da população.

A análise do material coletado em 15 de abril confirmou a presença do microorganismo em cinco dos 12 pontos estudados - quatro deles no bairro de Icaraí. As amostras pesquisadas também são dos bairros de Jurujuba, Camboinhas, Maravista e Sapê, e das comunidades do Palácio, Cavalão, Preventório, Vila Ipiranga, Caramujo, Maceió e Boa Esperança.

As coletas foram planejadas e realizadas pelo Departamento de Saneamento e SaúdeAmbiental da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), em colaboração com a concessionária Águas de Niterói. Já as análises são lideradas pelo Laboratório de Virologia Comparada e Ambiental do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), em colaboração com o Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo, que também é do IOC/Fiocruz e foi recentemente considerado referência em coronavírus nas Américas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo os pesquisadores, investigar a presença do coronavírus no esgoto pode ser uma forma de melhorar o entendimento de sua circulação em uma determinada área, já que o vírus também terá sido excretado nas fezes de pessoas assintomáticas. A partir disso, as autoridades podem otimizar os recursos disponíveis e fortalecer medidas de prevenção de forma localizada.

Apesar de a presença no vírus nas fezes de pessoas infectadas já ter sido confirmada, não há evidências científicas de que o vírus excretado ainda é capaz de infectar outras pessoas, já que a transmissão do coronavírus é principalmente respiratória. (Agencia Brasil)

Brasil criou 320 mil empresas em janeiro, aponta Serasa Experian

O Brasil registrou um aumento de 21,7% na abertura de empresas em janeiro, em relação ao mesmo mês no ano passado. No mês, foram abertos 320.512 novos empreendimentos, segundo dados da Serasa Experian. O número é recorde nos levantamentos realizados pela entidade, desde 2010.

O Indicador de Nascimento de Empresas da Serasa apontou que as Sociedades Limitadas puxaram a variação, com aumento de 78,8% no período. Ainda assim, os microempreendedores individuais são maioria, representando 80,6% do total de novos negócios. Na comparação com dezembro de 2019, o crescimento foi de 73,6%.

Para o economista da entidade Luiz Rabi, o mês registrou crescimento recorde por conta da necessidade dos brasileiros de gerar renda em um período econômico de crescimento abaixo do esperado. "Há uma demanda maior de novos negócios no início do ano, uma tendência natural pela queda da atividade durante as festas de fim de ano. Mas este ano ainda temos um alto nível de desemprego, o que faz com que as pessoas abram negócios e se formalizem para terem recursos financeiros e mais segurança no caso de imprevistos", disse.

Coronavírus

O economista avalia que a recente paralisação de alguns setores devido às medidas de isolamento social para combater a pandemia da covid-19 deve trazer desafios aos novos empreendimentos. "Empresas recém-criadas, principalmente os pequenos negócios que contam com pouco capital de giro, são mais sensíveis à queda do faturamento e devem enfrentar dificuldades para manter o equilíbrio financeiro", disse Rabi.

"O momento atual vai exigir desses novos empresários um replanejamento de metas, capacidade para otimizar recursos e habilidade para negociar prazos e condições com seus fornecedores e instituições de crédito", acrescentou.

A Região Norte se destacou, registrando o maior crescimento no número de novas empresas desde março de 2019. No primeiro mês deste ano, a variação foi de 33% em relação a janeiro de 2019, com mais de 15 mil negócios abertos. O Centro-Oeste vem na sequência, com 25,6% de crescimento.

Entre os estados, o Amazonas liderou o indicador, com alta de 56,4% no comparativo entre janeiro 2020 e 2019, seguido por Amapá (52%), Roraima (44,3%), Paraná (41%), Sergipe (35,4%), Maranhão (33,7%).

O mês de janeiro registrou crescimento de novas empresas em todos os segmentos, com destaque para Serviços (24,7%). A área representa 69,3% do total de negócios abertos no mês, seguida por Comércio (22,1%) e Indústria (7,3%). (Agencia Brasil)

Correios lançam programa de logística para comércio eletrônico

Os Correios criaram um programa de logística de entrega de encomendas de comércio eletrônico para micro e pequenas empresas que tenham ou queiram abrir loja virtual.

O programa Aproxime pode ser contratado pela internet sem a necessidade de deslocamento a uma agência. No cadastro, é necessário inscrever o E-CNPJ fornecido por autoridade certificadora indicada pela Receita Federal.

Não há valor mínimo para fazer o contrato, mas há descontos progressivos conforme o volume de vendas entregues. O pagamento dos serviços logísticos pode ser feito quinzenalmente ou mensalmente pela empresa contratante.

Para enviar a encomenda, as empresas podem solicitar a coleta ou levar os produtos à agência dos Correios mais próxima – mais de 7 mil em todo o país. Até dez pequenos volumes, o próprio carteiro pode recolher e levar para a agência para despacho.

Há mais de uma modalidade de envio pelos Correios, com preços diferenciados de acordo com a agilidade do serviço. No momento da compra, o consumidor deve escolher qual a modalidade que prefere. O consumidor também pode escolher retirar o produto na agência postal ou indicar o local onde a mercadoria será entregue pelo carteiro.

Segundo os Correios, a iniciativa favorece a circulação de mercadorias durante o período de distanciamento social e fechamento de comércio por causa da pandemia da covid-19.

A apresentação do programa Aproxime está disponível no canal dos Correios no YouTube. No mesmo canal, na próxima quinta-feira (30), os Correios divulgarão vídeo sobre como abrir uma loja virtual, destinado a micro e pequenos empresários. (Agencia Brasil)

Dívida Pública Federal cai 1,55% em março e vai para R$ 4,15 tri

A concentração de vencimentos de papéis e a recompra de títulos motivados pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) fizeram o endividamento do governo cair em março. A Dívida Pública Federal (DPF) – que inclui o endividamento interno e externo do governo federal – recuou, em termos nominais, 1,55% em março, na comparação com fevereiro, informou na terça-feira (28) a Secretaria do Tesouro Nacional. O estoque passou de R$ 4,281 trilhões para R$ 4,215 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que é a parte da dívida pública em títulos no mercado interno, caiu 2,28% em março, passando de R$ 4,099 trilhões para R$ 4,006 trilhões.

O aumento deve-se, segundo o Tesouro, ao resgate líquido de R$ 121,88 bilhões na DPMFi. Esse resgate foi parcialmente compensado pela apropriação positiva de juros (quando os juros da dívida são incorporados ao total mês a mês), no valor de R$ 28,43 bilhões.

O resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Interna deu-se pela diferença entre o total de novos títulos resgatados (embolsado pelos investidores) – R$ 143,58 bilhões – em relação ao volume de novos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, que somou R$ 21,58 bilhões. Por causa da volatilidade do mercado, o Tesouro deixou de realizar vários leilões, e as emissões mensais atingiram o menor nível desde maio de 2010.

A recompra de R$ 35,562 bilhões em títulos públicos nos momentos de maior volatilidade em março contribuiu para a redução da dívida. No mês passado, o Tesouro fez a maior atuação da história, superando a recompra de R$ 22 bilhões durante a greve dos caminhoneiros, em maio e junho de 2018.

Por meio do programa de recompra, o Tesouro adquire de volta papéis que ainda não venceram para tranquilizar o mercado. Além de fornecer um referencial para os juros de mercado, essas operações reduzem as perdas de investidores com a oscilação de preços em papéis prefixados e indexados à inflação.

Mercado externo

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em circulação no mercado internacional, aumentou 15,03%, passando de R$ 181,07 bilhões para R$ 208,29 bilhões de janeiro a março. O principal motivo foi a alta de 15,56% do dólar no mês passado. A moeda norte-americana é o principal fator de correção da dívida externa.

A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta.

Além disso, pode ocorrer assinatura de contratos de empréstimo para o Tesouro, tomado de uma instituição ou de um banco de fomento, destinado a financiar o desenvolvimento de uma determinada região. A redução do endividamento se dá, por exemplo, pelo resgate de títulos, como se observou ao longo do último mês.

Este ano, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá ficar entre R$ 4,5 trilhões e R$ 4,75 trilhões, segundo o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2020, apresentado em janeiro.

Detentores

As instituições financeiras seguem como principais detentores da Dívida Pública Federal interna, com 25,85% de participação no estoque. Os fundos de investimento com 25,67% e os fundos de pensão com 25,15% aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Com a retirada de recursos de investidores internacionais do Brasil, decorrente da crise econômica, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu, atingindo 9,82% em março. Esse é o menor percentual de estrangeiros na dívida interna desde fevereiro de 2010. Os demais grupos somam 13,51% de participação, segundo os dados apurados no mês.

Composição

Em relação à composição da DPF de acordo com os tipos de títulos, os papéis corrigidos por taxas flutuantes tiveram leve queda de participação e representam 37,74% do total da dívida. Em seguida, vieram os papéis prefixados, que tiveram aumento na participação, de 29,89% para 30,63%, devido principalmente à emissão líquida de R$ 1,17 bilhão para esse tipo de título em março.

A participação dos papéis corrigidos pela inflação subiu levemente, de 26,31% para 26,38%. Os títulos do grupo cambial, que sofrem variação com base na taxa de câmbio, tiveram sua participação aumentada de 4,46% para 5,24% do montante total da DPF, principalmente por causa da alta do dólar no mês passado. (Agencia Brasil)

Indústria de máquinas tem alta de 2,3% no primeiro trimestre

As vendas da indústria brasileira de máquinas e equipamentos fecharam o primeiro trimestre de 2020 com receita líquida de R$ 29 bilhões, montante 2,3% superior ao registrado no mesmo período de 2019. Na comparação com os últimos três meses do ano passado, houve queda de 5,2%. Os dados, divulgados na terça-feira (28), são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

Nas exportações, o setor registrou um recuo de 12,6% no primeiro trimestre, em comparação ao mesmo período do ano passado. Em relação ao último trimestre de 2019, ocorreu diminuição nas vendas na ordem de 11,1%. As principais quedas nas exportações brasileiras do setor ocorreram para os Estados Unidos (29,9%) e para países da América Latina (11,5%).

"Diante dos desdobramentos da covid-19 (coronavirus) no mundo, o cenário é incerto no curto prazo. O natural esfriamento da demanda, a dificuldade de obter insumos tanto nacionais quanto importados, as dificuldades em obter capital de giro são algumas dessas preocupações dos fabricantes", destacou a entidade em nota. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos